

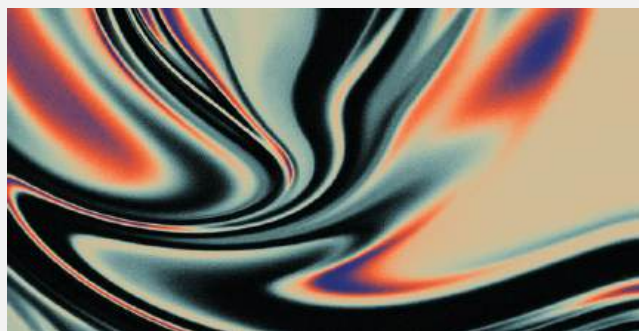
ESCOLA

LIVRE DE ARTE

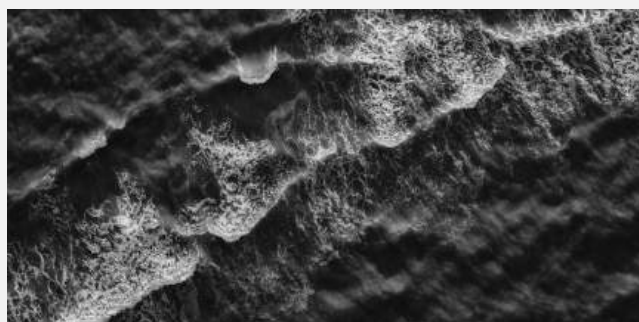


A

R



T



TRABALHO DE CURSO EM ARQUITETURA E URBANISMO I – 2025|1

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curso de Arquitetura e Urbanismo

ACADÊMICA

Daniele Andressa Muller

PROFESSORA ORIENTADORA

Adriana Schwindt da Costa

PROFESSOR COORIENTADOR

Luiz Augusto Costa a Campis

PROFESSORA COORDENADORA

Alessandra Gobbi Santos



SANTA CRUZ DO SUL, 2025

**Croquis autorais acompanham este trabalho — em diálogo com a história da arte no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço às pessoas que estiveram ao meu lado durante esta caminhada: familiares, amigos, professores, minha orientadora e coorientador, que, com gestos simples ou ensinamentos valiosos, fizeram a diferença e me ajudaram a orquestrar esta jornada.

Sou grata aos espaços que me inspiraram, aos artistas que cruzaram meu caminho e às trocas que ampliaram meu olhar.

Este trabalho é resultado de encontros, desafios e aprendizados que, em harmonia, contribuíram para a construção deste projeto.

A todos que colaboraram, direta ou indiretamente, deixo aqui meu sincero obrigado.

ser da arte

a arte não serve

pra nada

pra alguns

pra outros

uma estrada

povoada

pela qual

a alma

convida

todo meu ser

a buscar

vida

sensibiliza

demandas

ao dia

pintar os

caminhos

iluminados

nessa magia

encantada

de sentir

a linguagem

da obra

na imagem

cobra um

olhar

especial

pois pintura e

poesia é

agasalho

à cultura

ao vestir o

interior

individual

Sérgio Nilo Schmitt

RESUMO

A arte é, por sua essência, uma forma poderosa de expressão humana e um instrumento transformador de realidades sociais. No entanto, o acesso a ela no Brasil ainda é desigual, influenciado por questões regionais, sociais, entre outras. De acordo com dados do "Sistema de Informações e Indicadores Culturais" (SIIC) do IBGE, referentes ao período de 2011 a 2022, as desigualdades no acesso a equipamentos culturais limitam a vivência da arte, especialmente pela falta de espaços dedicados à educação artística, restringindo a todos, independentemente de sua classe social.

Santa Cruz do Sul, cidade central do RS, com grande potencial cultural, carece de espaços educativos dedicados à arte. Apesar de suas tradições culturais e eventos significativos, a cidade não dispõe de infraestrutura para atender à demanda crescente por formação artística. A proposta de criar uma Escola Livre de Artes surge como solução a essa lacuna, visando oferecer ensino artístico e um ambiente de expressão, pertencimento e reflexão para os cidadãos.

Muito mais que um espaço de aprendizado, mas um ponto de encontro para diferentes vozes e culturas, promovendo o desenvolvimento de cidadãos conscientes de sua identidade cultural e do papel transformador da arte na sociedade, contribuindo para o fortalecimento cultural da cidade.

Palavras-chave: escola de artes; ensino artístico; cultura; expressão.

ABSTRACT

Art is, by its essence, a powerful form of human expression and a transformative instrument of social realities. However, access to it in Brazil is still unequal, influenced by regional, social, and other factors. According to data from the "Sistema de Informações e Indicadores Culturais" (SIIC) of IBGE, referring to the period from 2011 to 2022, inequalities in access to cultural facilities limit the experience of art, especially due to the lack of spaces dedicated to artistic education, restricting it for everyone, regardless of their social class.

Santa Cruz do Sul, a central city in the state of Rio Grande do Sul, with great cultural potential, lacks educational spaces dedicated to art. Despite its cultural traditions and significant events, the city does not have the infrastructure to meet the growing demand for artistic training. The proposal to create a Free School of Arts emerges as a solution to this gap, aiming to offer art education and an environment of expression, belonging, and reflection for its citizens.

Much more than a learning space, it is intended to be a meeting point for different voices and cultures, promoting the development of citizens who are aware of their cultural identity and of the transformative role of art in society, contributing to the cultural strengthening of the city.

Keywords: art school; art education; culture; expression.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01: Mapa do RS com Localização das Instituições com Faculdades de Artes.....	14
Figura 02 – Cursos de Artes por Região do RS: evidencia a concentração nas regiões metropolitanas.....	15
Figura 03 – Evolução das Matrículas em Cursos de Artes no Brasil (2010–2022).....	15
Figura 04 – Cursos de Artes Ofertado no RS.....	15
Figura 05 – Proporção de Cursos de Artes em relação aos demais cursos de graduação no RS.....	16
Figura 06 – Mapa de localização.....	28
Figura 07 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado ao mapa de Santa Cruz do Sul.....	28
Figura 08 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado ao mapa de Santa Cruz do Sul, em escala de bairro.....	29
Figura 09 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado à escala do lote.....	30
Figura 10 – Condicionantes ambientais: vegetação, insolação e topografia.....	30
Figura 11 – Diagrama de uso e ocupação do solo e equipamentos urbanos.....	31
Figura 12 – Diagrama de gabaritos de altura.....	31
Figura 13 – Implantação do terreno.....	32
Figura 14 – Terreno visto à partir da Av. João Pessoa.....	34
Figura 15 – Terreno visto à partir da Rua Tenente Coronel Brito.....	34
Figura 16 – Terreno visto à partir da Rua Tenente Coronel Brito.....	34
Figura 17 – Terreno visto à partir da Rua Galvão Costa.....	34
Figura 18 – Perspectiva aérea com foco na cobertura.....	35
Figura 19 – Perspectiva da praça interna da Livraria Mengzi.....	35
Figura 20 – Perspectiva aérea da Livraria Mengzi.....	35
Figura 21 – Vista da circulação contínua da Livraria Mengzi.....	36
Figura 22 – Vista lateral da Livraria Mengzi e seus visuais.....	36
Figura 23 – Perspectiva isométrica da Livraria Mengzi.....	36
Figura 24 – Perspectiva aérea com foco na cobertura.....	37
Figura 25 – Perspectiva da galeria comercial.....	37
Figura 26 – Perspectiva aérea com foco na cobertura caminhável.....	37
Figura 27 – Perspectiva mostrando a integração com a paisagem da cidade.....	38
Figura 28 – Perspectiva mostrando os rasgos para a galeria comercial.....	38
Figura 29 – Fachada nordeste.....	38
Figura 30 – Implantação.....	39
Figura 31 – Corte.....	39
Figura 32 – Fachada Sudeste.....	39
Figura 33 – Fachada nordeste.....	39
Figura 34 – Perspectiva rasgo para galeria comercial.....	39
Figura 35 – Perspectiva aérea.....	40
Figura 36 – Perspectiva da realação da cobertura com pátios internos.....	40
Figura 37 – Perspectiva pátio interno.....	40
Figura 38 – Corte isométrico.....	41
Figura 39 – Planta Baixa 1º Pavimento.....	41
Figura 40 – Planta Baixa 2º Pavimento.....	41
Figura 41 – Corte longitudinal.....	41
Figura 42 – Perspectiva do museu demonstrando solução arquitetônica e cobertura.....	42

Figura 43 – Perspectiva da realação da área interna com externa.....	42
Figura 44 – Manipulação da forma e materialidades em destaque.....	42
Figura 45 – Cheios e Vazios e materialidade em destaque.....	43
Figura 46 – Planta baixa.....	43
Figura 47 – Perspectiva da fachada.....	44
Figura 48 – Constraste de materialidade e forma.....	44
Figura 49 – Perspectiva interna ateliê.....	44
Figura 50 – Planta baixa 1º Pavimento.....	45
Figura 51 – Planta baixa 2º pavimento.....	45
Figura 52 – Fechamento de vidro na fachada.....	46
Figura 53 – Perspectiva interna ateliê.....	46
Figura 54 – Perspectiva aérea.....	47
Figura 55 – Fachada principal.....	47
Figura 56 – Perspectiva acesso principal.....	47
Figura 57 – Perspectiva interna do teatro principal.....	48
Figura 58 – Perspectiva interna da sala de dança.....	48
Figura 59 – Corte salão principal.....	48
Figura 60 – Palnta baixa 1ª pavimento.....	49
Figura 61 – Palnta baixa 2ª pavimento.....	49
Figura 62 – Foto do acesso do prédio.....	50
Figura 63 – Foto de um ateliê de gravuras e fachada do prédio.....	50
Figura 64 – Foto de um ateliê de gravuras e fachada do prédio.....	50
Figura 65 – Fotos da galeria de exposição do Instituto.....	50
Figura 66 – Fotos da galeria de exposição do Instituto.....	50
Figura 67 – Imagem do projeto realizado para a idealizada universidade de artes.....	51
Figura 68 – Foto do auditório do Instituto.....	51
Figura 69 – Foto do ateliê de desenho do instituto.....	52
Figura 70 – Foto do ateliê de gravuras do instituto.....	52
Figura 71 – Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária.....	65
Figura 72 - posicionamento, dimensão e cone visual dos espaços P.C.R. e assentos P.M.R. e P.O.....	66
Figura 73 - espaços para P.C.R. na primeira fila, última fileira e fileira intermediária, respectivamente.....	66
Figura 71 – Diagrama de eixos organizadores.....	71
Figura 72 – Lançamento preliminar nível térreo.....	72
Figura 73 – Lançamento preliminar nível superior.....	73
Figura 74 – Lançamento preliminar nível inferior.....	73
Figura 75 – Lançamento preliminar da composição volumétrica.....	73
Figura 76 – Lançamento preliminar da composição volumétrica.....	73
Figura 77 – Lançamento preliminar da composição volumétrica.....	74
Figura 78 – Lançamento preliminar da composição volumétrica.....	74
Figura 79 – Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária.....	83
Figura 80 - posicionamento, dimensão e cone visual dos espaços P.C.R. e assentos P.M.R. e P.O.....	84
Figura 81 - espaços para P.C.R. na primeira fila, última fileira e fileira intermediária, respectivamente.....	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Taxas e índices construtivos permitidos.....	34
Tabela 02 – Taxas e índices aplicados ao terreno.....	34
Tabela 03 – Programa de necessidades.....	58
Tabela 04 – Organograma síntese.....	64
Tabela 05 – Organograma setor de administração.....	65
Tabela 06 – Organograma setor de ensino Artes Visuais.....	65
Tabela 07 – Organograma setor de ensino Música.....	66
Tabela 08 – Organograma setor de ensino Dança.....	66
Tabela 09 – Organograma setor de ensino Teatro.....	67
Tabela 10 – Organograma setor de ensino Biblioteca.....	67
Tabela 11 – Organograma setor de apresentações e exposições Auditório.....	68
Tabela 12 – Organograma setor de apresentações e exposições Galeria.....	68
Tabela 13 – Organograma setor de convivência.....	69
Tabela 14 – Organograma setor de comércio.....	69
Tabela 15 – Organograma estacionamento e operacional.....	70
Tabela 16 – Fluxograma.....	70
Tabela 17 – Vagas mínimas de garagem.....	78
Tabela 18 – Áreas de ventilação e iluminação.....	79
Tabela 19 – Características construtivas.....	81
Tabela 20 – Classificação das edificações quanto a ocupação.....	81
Tabela 21 – Distâncias máximas a serem percorridas.....	82
Tabela 22 – Dados para o dimensionamento das saídas de emergência.....	82
Tabela 23 – Tipos de escada de emergência por ocupação.....	82
Tabela 24 – Dimensionamento de rampas.....	83

SUMÁRIO

1. TEMA.....	11
1.1. Introdução.....	11
1.2. Problematização do tema.....	12
1.3. Justificativa.....	12
1.3.1. Contexto da Proposta.....	12
1.3.2. Análise de Dados e Cenário Regional.....	14
1.4. Objetivos.....	16
1.4.1. Objetivos gerais.....	16
1.4.2. Objetivos específicos.....	16
1.5. População alvo.....	17
1.6. Conceito.....	18
1.7. Identidade visual.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	19
2.1. O que é arte.....	19
2.2. Tipos de arte.....	19
2.3. A arte na formação humana.....	21
2.4. Trajetória do ensino da arte no Brasil.....	22
2.5. Cultura, território e acesso à arte.....	24
2.6. Arquitetura e espaços de aprendizagem.....	25
2.7. Fachada Ativa e a Vida Urbana.....	26
3. TERRENO.....	28
3.1. Localização.....	28
3.2. Análise do terreno.....	30
3.3. Justificativa do terreno.....	33
3.4. Condicionantes legais.....	33
4. ESTUDOS REFERENCIAIS.....	35
4.1. Referências tipológicas.....	35
4.1.1. Livraria Mengzi NSAU da Librairie Avant-Garde.....	37
4.1.2. Praça dos Clérigos.....	40
4.1.3. Faculdade de Artes da Califórnia.....	41
4.2. Referências arquitetônicas.....	42
4.2.1. Museu Tree Art.....	43
4.2.2. Centro de Teatro e Artes Kennedy.....	44
4.2.3. Centro de Artes Cênicas e Ciências Buddy Holly.....	47
4.3. Referências contextuais.....	48
4.3.1. Instituto de Artes da UFRGS.....	48
5. LEGISLAÇÃO.....	53
5.1. Plano Diretor Lei complementar nº 741.....	53
5.2. Código de Obras Lei complementar nº 66.....	53
5.3. NBR 9077 e RT N°11 Saídas de emergência em edifícios.....	53
5.4. Lei Complementar nº 14.376.....	53
5.5. Decreto nº 51.803.....	53
5.6. Decreto nº 53.28.....	53

5.7. NBR 9050 Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.....	54
5.8. Lei nº 10.741.....	54
5.9. Decreto nº 5.296.....	54
5.10. Decreto nº 9.404.....	54
5.11. Estatuto da cidade Lei nº 10.257.....	54
6. PROPOSTA ARQUITETÔNICA.....	55
6.1. Diretrizes	55
6.2. Setores e Funcionamento.....	56
6.2.1. Setor de Convivência.....	56
6.2.2. Setor de Administração.....	56
6.2.3. Setor de Ensino.....	56
6.2.4. Setor de Apresentações e Exposições.....	56
6.2.5. Setor Comercial.....	56
6.2.5. Setor Operacional.....	57
6.2.6. Setor de Estacionamento.....	57
6.3. Programa de necessidades.....	58
6.4. Organograma Síntese.....	64
6.4.1. Organograma Setor de administração.....	65
6.4.2. Organograma Setor de Ensino Artes Visuais.....	65
6.4.3. Organograma Setor de Ensino Música.....	66
6.4.4. Organograma Setor de Ensino Dança.....	66
6.4.5. Organograma Setor de Ensino Teatro, História da arte e uso coletivo.....	67
6.4.6. Organograma Setor de Ensino Biblioteca.....	67
6.4.7. Organograma Setor de Apresentações e Exposições Auditório.....	68
6.4.8. Organograma Setor de Apresentações e Exposições Galeria de Arte.....	68
6.4.9. Organograma Setor de Convivência.....	69
6.4.10. Organograma Setor de Comércio.....	69
6.4.10. Organograma Setor de Estacionamento e Operacional.....	70
6.5. Fluxograma.....	70
7. LANÇAMENTO ARQUITETÔNICO PRELIMINAR.....	71
7.1. Conceito da proposta.....	71
7.2. Diretrizes.....	71
7.2.1. Eixos Organizadores.....	71
7.2.2. Zoneamento.....	72
7.2.3. Acessos.....	72
8. REFERÊNCIAS.....	75
9. ANEXOS.....	78

1. TEMA

1.1. Introdução

A arte é um dos mais poderosos meios de expressão humana, refletindo histórias, identidades e emoções individuais e coletivas. Ao longo dos séculos, ela tem sido um elemento essencial na formação cultural das sociedades, promovendo diálogos, questionamentos e transformações sociais. No entanto, o acesso a ela no Brasil ainda é desigual, influenciado por questões regionais, sociais, entre outras. De acordo com dados do "Sistema de Informações e Indicadores Culturais" (SIIC) do IBGE, referentes ao período de 2011 a 2022, as desigualdades no acesso a equipamentos culturais limitam a vivência da arte, especialmente pela falta de espaços dedicados à educação artística, restringindo a todos, independentemente de sua classe social.

Santa Cruz do Sul, uma cidade central do estado do Rio Grande do Sul, polo mundial da indústria fumageira e quinta economia do Estado, com uma população de 133.230 habitantes (IBGE, 2022), vem evoluindo em diversos setores para suprir o aumento da população. A cidade possui um cenário cultural consolidado, com eventos de grande porte e um crescente potencial artístico. No entanto, mesmo com essa força cultural, a cidade carece de infraestrutura educacional voltada à arte, o que dificulta a formação contínua de novos talentos e a democratização do ensino artístico.



Dispõe de alguns espaços voltados à cultura, porém estão segmentados e não possuem estrutura adequada.

Diante dessa realidade, este estudo propõe a criação de uma **Escola Livre de Artes**, um espaço projetado para proporcionar ensino artístico centralizado em um só local, fomentar a criatividade e integrar a arte ao cotidiano da comunidade como um todo, que também irá usufruir dessa estrutura. Além de oferecer um ambiente de aprendizado, a Escola Livre de Artes pretende ser um ponto de encontro para diferentes expressões e manifestações culturais, incentivando o pertencimento e o acesso democrático à cultura.

1.2. Problematização do tema

O acesso à formação artística e cultural é um fator essencial para o desenvolvimento social e educacional de uma comunidade. Santa Cruz do Sul conta com diversos equipamentos culturais, como o Centro de Cultura Jornalista Francisco José Frantz, localizado na antiga Estação Férrea, utilizado para exposições; o Centro de Oficinas Culturais, onde são realizados cursos oferecidos pela SECULT; e a Casa das Artes Regina Simonis, que funciona no prédio do antigo Banco Pelotense e abriga exposições e eventos culturais.

Embora esses espaços existam, eles estão dispersos pelo município e não possuem infraestrutura suficiente para atender plenamente às demandas culturais da população. Esse cenário limita a oferta de atividades, restringe o acesso da comunidade e dificulta a integração entre diferentes manifestações artísticas.

Diante desse cenário, surge a questão:

**"DE QUE FORMA UM
ESPAÇO ARQUITETÔNICO
PODE AMPLIAR O ACESSO À
FORMAÇÃO ARTÍSTICA E
CONTRIBUIR PARA A
DEMOCRATIZAÇÃO DA
CULTURA EM SANTA CRUZ
DO SUL?"**

1.3. Justificativa

1.3.1. Contexto da Proposta

A proposta da Escola Livre de Artes surge da necessidade de suprir lacunas culturais e educacionais em Santa Cruz do Sul, contribuindo diretamente para o desenvolvimento social, cultural e econômico da região. Apesar da riqueza histórica e cultural, a cidade ainda carece de estrutura e oferta de espaços adequados para a prática, o ensino e a difusão das artes. O projeto visa criar um ambiente qualificado e democrático para o desenvolvimento artístico, integrando ensino superior e cursos livres, capaz de atender tanto às demandas de formação técnica quanto à promoção cultural.

Fundamentada nos princípios do Novo Urbanismo — movimento surgido nos Estados Unidos nos anos 1980 como resposta à expansão urbana dispersa e excludente —, a escola valoriza o planejamento urbano voltado à convivência, à cultura e à educação como pilares do desenvolvimento local (*Congress for the New Urbanism, CNU, 2021*). O projeto parte da ideia de que a arquitetura pode contribuir ativamente para a construção de cidades mais humanas, inclusivas e seguras.

Nesse contexto, a proposta arquitetônica busca integrar-se ao tecido urbano e incentivar a vida nas ruas, incorporando o conceito de fachada ativa como elemento fundamental para promover a interação entre o edifício e o espaço público. Inspirada em autores como

Jane Jacobs e Jan Gehl, a escola pretende estabelecer uma relação transparente e acessível com seu entorno, por meio de aberturas, usos híbridos e espaços convidativos no térreo, reforçando a presença da arte no cotidiano da cidade.

Localizada em área central da cidade, a Escola Livre de Artes favorece o acesso físico e simbólico da população, consolidando-se como ponto de convergência cultural e educativa.

Santa Cruz do Sul apresenta carência de infraestrutura planejada para o ensino e a prática das artes, com espaços improvisados que comprometem a qualidade e o alcance das atividades artísticas. Essa realidade é evidenciada nas falas de dois importantes artistas locais, cujas trajetórias demonstram a relevância e a importância do projeto.

Roberto Pohlmann, músico e educador, Pós-Graduado em Educação do Campo e Desenvolvimento Regional pela UNISC (2019), Licenciado em Música pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel, 2010), destaca a falta de estrutura para a formação de músicos na cidade e sua experiência pessoal: *“em Santa Cruz não havia estrutura para formação de músicos e durante minha pré-adolescência e adolescência eu sempre sonhei com isso. Fui para longe justamente por não termos o curso aqui. Mas se tivesse, provavelmente faria na cidade.”*

Pohlmann também sublinha a importância de espaços adequados para apresentações artísticas: *“Precisaríamos de um teatro de*

grande magnitude para conseguir trazer espetáculos grandiosos. Ao termos a estrutura, cria-se também o hábito de frequentar, e é isso que falta na sociedade atual.” Para ele, *“qualquer iniciativa que busque essa valorização artística e incentive a criação de estrutura adequada é extremamente necessária e será amplamente acolhida por todos os artistas”.*

Como sugestão, Pohlmann ressalta a importância de parcerias com o poder público, visando a viabilidade da escola e sua manutenção como política permanente de incentivo à cultura. Ele também reflete, com sensibilidade, sobre o papel essencial da música na construção da nossa humanidade. Para Pohlmann, fazer música é uma das maiores invenções humanas — uma forma singular de expressão que transcende palavras. Por meio das melodias, acordes e poesias, o indivíduo se supera, adentra o desconhecido e se compreende. A arte, segundo ele, é o que nos diferencia enquanto seres humanos.

Já o maestro Leandro Schaefer, é graduado em Regência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui especialização internacional em regência orquestral, com passagens por importantes centros musicais na Rússia, Alemanha, França e Brasil. Premiado em diversas ocasiões, é fundador e maestro da Orquestra Jovem da Unisc, que teve seu início em 2005. Schaefer reforça que os atuais espaços destinados à música são improvisados e não planejados para essa finalidade, o que limita o desen-

volvimento artístico local: “Os espaços de escola de música em que acontecem projetos musicais são locais improvisados, que não foram planejados para aquilo.” Ele endossa a proposta da Escola Livre de Artes, considerando-a uma demanda antiga da classe artística municipal.

Sobre a orquestra que rege, observa que “a base da orquestra é uma boa escola de música. Se não temos essa base firme, temos que recorrer a músicos de fora”. Isso revela o quanto ainda podemos avançar na formação local, ampliando oportunidades para que mais músicos da região se profissionalizem.

Além da infraestrutura, a escola pretende valorizar os profissionais da área cultural, criando um ambiente propício para a troca de conhecimentos, desenvolvimento de projetos artísticos e estímulo à participação da comunidade.

Assim, a Escola Livre de Artes configura-se como um projeto estratégico para Santa Cruz do Sul, visando não apenas a qualificação técnica e artística de seus alunos, mas também a promoção da cultura local, o estímulo à produção artística e o fortalecimento da identidade regional. A escola se posiciona como um espaço dinâmico, inclusivo e de referência cultural.

1.3.2. Análise de Dados e Cenário Regional

A relevância desta proposta é reforçada pela análise de dados nacionais e estaduais sobre o acesso à formação artística formal. De acordo com o Mapa do Ensino Superior no

Brasil, de 2024, publicado pelo Instituto Semesp, observa-se uma forte concentração dos cursos do campo das artes — como Música, Teatro, Dança, Design, Cinema e áreas afins nas grandes regiões metropolitanas e capitais. Tal configuração restringe o acesso à educação artística para estudantes residentes em cidades médias e pequenas, como Santa Cruz do Sul.

No contexto do Rio Grande do Sul, essa desigualdade também é evidente. Embora existam cursos em instituições como UFRGS, UFSM, UFPel, FURG, UERGS, UCS, Feevale, entre outras, a maioria deles está localizada em cidades-polo. Santa Cruz do Sul, apesar de sua importância regional, não conta com oferta de cursos superiores voltados às artes. Essa lacuna impacta diretamente o desenvolvimento cultural da região e restringe oportunidades para jovens artistas e educadores locais.

Figura 01: Mapa do RS com Localização das Instituições com Faculdades de Artes.
Fonte: Elaborado pela autora.



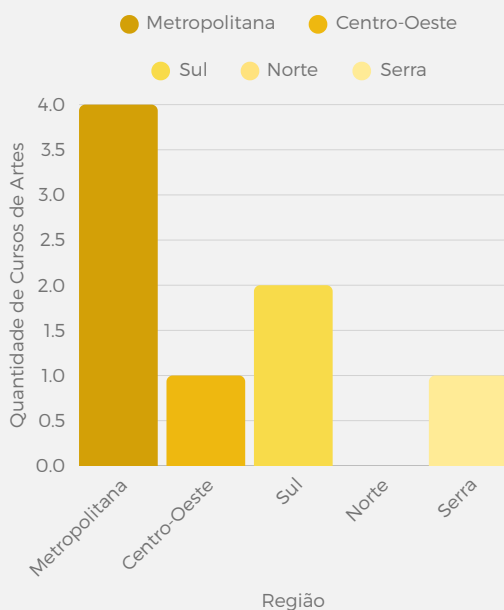
LEGENDA:

- 1- Universidade Federal de Pelotas - Centro de Artes;
- 2- Instituto de Artes da UFRGS;
- 3- Centro de Artes e Letras da UFSM;
- 4- Universidade de Caxias do Sul;
- 5 - Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS;
- 6- Universidade Feevale - Campus I;
- 7- Universidade Federal do Rio Grande (FURG);
- 8- Universidade de Passo Fundo (UPF)

Para fundamentar esse diagnóstico, foram elaborados gráficos com base em dados oficiais e levantamentos regionais:

Figura 02 – Cursos de Artes por Região do RS: evidencia a concentração nas regiões metropolitanas.

Fonte: Elaborado pela autora.

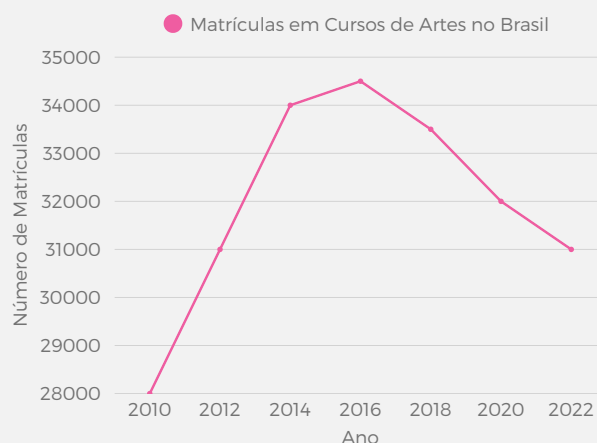


A análise gráfica dos dados reforça os argumentos centrais desta pesquisa. O primeiro gráfico evidencia a concentração de cursos de artes na Região Metropolitana do Rio Grande do Sul, em contraste com a escassez nas demais regiões. Esse desequilíbrio territorial revela um padrão de

centralização que compromete o acesso equitativo à formação artística.

Figura 03 – Evolução das Matrículas em Cursos de Artes no Brasil (2010-2022).

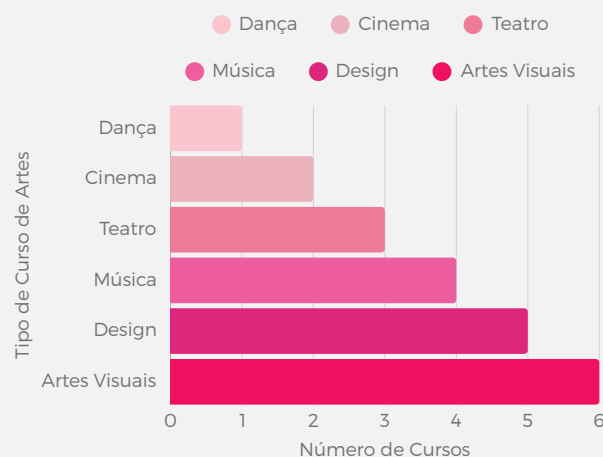
Fonte: Elaborado pela autora.



No panorama nacional, a linha histórica das matrículas em cursos de artes revela uma tendência de estagnação, com leve queda entre 2016 e 2022. Esse comportamento sugere que os modelos atuais de formação artística não têm sido suficientes para atrair e manter estudantes, sinalizando a necessidade de alternativas mais inclusivas e atuais.

Figura 04 – Cursos de Artes Ofertado no RS.

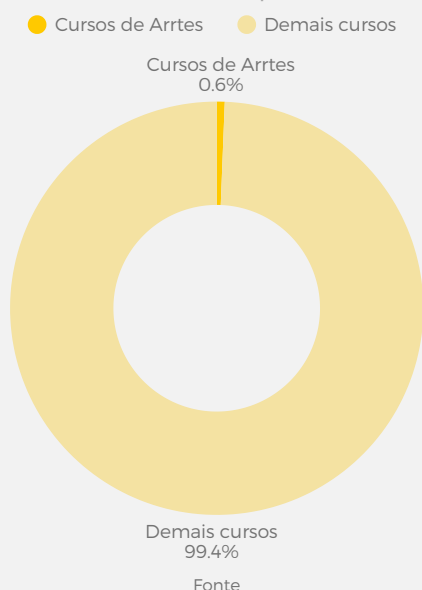
Fonte: Elaborado pela autora.



A análise dos tipos de cursos de artes oferecidos no estado mostra uma predominância das áreas de Artes Visuais e Design. Já campos como Dança, Teatro e Cinema apresentam oferta mínima, quase inexistente. Esse cenário evidencia não apenas a limitação numérica, mas também a carência de diversidade, o que reforça a importância de propostas que integrem múltiplas linguagens artísticas em um espaço educacional plural.

Figura 05 – Proporção de Cursos de Artes em relação aos demais cursos de graduação no RS.

Fonte: Elaborado pela autora.



Os dados revelam que os cursos de artes representam menos de 1% das graduações ofertadas no Rio Grande do Sul. Essa porcentagem expressivamente baixa evidencia a sub-representação da área artística no ensino superior, revelando uma lacuna significativa na formação cultural e criativa no estado. Diante desse cenário, a criação de um espaço como a Escola Livre de Artes se apresenta como uma resposta concreta e necessária – capaz de

ampliar o acesso, diversificar as linguagens e fortalecer a presença da arte na formação humana e na vida social.

1.4. Objetivos

1.4.1. Objetivos gerais

A proposta para a Escola Livre de Artes tem como objetivo principal a criação de um espaço arquitetônico voltado à formação artística e cultural, que seja acessível e plenamente integrado ao contexto urbano de Santa Cruz do Sul. A intenção é desenvolver um ambiente que estimule a expressão criativa, o aprendizado interdisciplinar e a convivência comunitária, reunindo diferentes faixas etárias em um espaço comum de experimentação e produção cultural, com qualidade tanto nos espaços internos quanto externos. Por meio de um projeto bem estruturado e de uma implantação atenta às características do entorno, busca-se valorizar o tecido urbano existente, estabelecer conexões com a cidade e oferecer à população um equipamento público dinâmico, capaz de unir educação, arte e lazer em um mesmo território.

1.4.2. Objetivos específicos

- Investigar acontecimentos históricos de impacto global, nacional e regional que influenciaram a produção artística, os movimentos culturais e o pensamento urbano voltado à valorização das pessoas nos espaços públicos;

- Estudar obras, autores e projetos significativos no campo da arquitetura e das artes, buscando embasamento teórico que favoreça a construção de uma proposta arquitetônica coerente com os objetivos do trabalho;
- Entrevistar professores e profissionais da área artística, visando coletar informações técnicas essenciais para a criação de um espaço de ensino adequado às necessidades dos usuários;
- Visitar instituições de ensino artístico, especialmente de nível superior, a fim de compreender suas estruturas físicas e funcionamentos, assegurando a viabilidade da Escola Livre de Artes proposta;
- Desenvolver um programa de necessidades eficiente, contemplando espaços ideais para o ensino das artes, com capacidade de se tornar referência regional, sediando oficinas, aulas, apresentações e promovendo a disseminação cultural.

Esses objetivos específicos orientam o processo de concepção do projeto arquitetônico da Escola Livre de Artes, garantindo que ele responda de forma fundamentada, sensível e funcional às demandas culturais, educacionais e urbanas da comunidade em que será inserido.



1.5. População alvo

A Escola Livre de Artes será destinada a dois principais públicos: **estudantes pré-universitários, especialmente do ensino médio, e universitários ou adultos interessados na prática artística.**

Para os jovens estudantes, serão oferecidos cursos e oficinas de iniciação e aprofundamento artístico, acessíveis gratuitamente por meio de parcerias com o poder público, como forma de democratizar o acesso à formação cultural. Segundo dados fornecidos pela 6ª Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do Estado do Rio Grande do Sul, existem atualmente **2.661 estudantes** matriculados no ensino médio das escolas estaduais em Santa Cruz do Sul. A meta é inserir esses adolescentes no universo artístico de maneira contínua, criando raízes duradouras na cultura local e promovendo um incentivo real à formação artística desde a juventude.

Para o público universitário e adulto, o acesso será viabilizado por meio de cursos pagos, com possibilidade de bolsas de estudo, subsídios e programas de financiamento, de forma a garantir a inclusão de diferentes perfis socioeconômicos. A diversidade de modalidades permitirá atender tanto quem busca aprofundamento técnico e profissional quanto aqueles interessados em experiências artísticas livres.

A Escola será estruturada como um ambiente acolhedor, plural e acessível, incentivando o convívio entre estudantes, artistas e a comuni-

dade. Além das atividades formativas, a presença de espetáculos, exposições e eventos culturais permitirá que a população em geral também se aproprie do espaço, ampliando suas vivências artísticas e fortalecendo o vínculo entre a cidade e a produção cultural local.

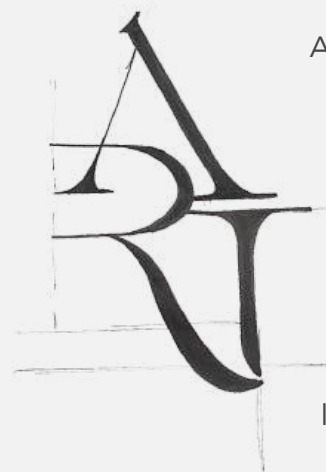
1.6. Conceito

A concepção da Escola Livre de Artes parte do entendimento da arte como uma prática livre, sensível, acessível e socialmente transformadora. Essa visão fundamenta o projeto em princípios que valorizam a convivência, a experimentação e a abertura aos múltiplos modos de aprender e criar. A arquitetura será pensada não como um mero suporte físico, mas como elemento ativo na construção de experiências artísticas e humanas.

O conceito central que orienta o projeto é o de um espaço acolhedor, fluido e acessível, que promova o diálogo entre artistas, estudantes e comunidade. A escola será pensada para favorecer a convivência e a circulação entre os diferentes setores, evitando configurações excessivamente compartimentadas ou hierarquizadas.

A escola será, portanto, uma **arquitetura de encontros** — um espaço de afeto, criação e transformação.

1.7. Identidade visual



A identidade visual da Escola Livre de Arte parte da desconstrução e reconfiguração tipográfica da palavra ARTE, propondo uma leitura simbólica e visual que

expressa os princípios de multiplicidade, liberdade e experimentação artística.

O logotipo criado utiliza sobreposição e intersecção entre as letras A, R e T, gerando uma imagem única, quase escultórica, que representa a fusão entre linguagens artísticas — princípios norteadores do projeto. Essa forma ambígua e expressiva remete ao gesto manual, ao traço artístico e à liberdade da forma, estabelecendo uma marca que dialoga com o ensino livre e plural da arte.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. O que é arte

A palavra arte tem origem no latim *ars*, que designava *habilidade ou técnica* — a capacidade de produzir algo com domínio e intenção. Desde os primeiros registros rupestres até as manifestações contemporâneas, a arte acompanha a evolução das sociedades como linguagem simbólica, afetiva e crítica, capaz de comunicar emoções, transmitir conhecimento e provocar reflexão. Não se limita ao campo estético, mas se articula com dimensões culturais, sociais e políticas.

A partir do século XX, com o avanço das vanguardas artísticas e das rupturas com o academicismo, o conceito de arte expandiu-se. Marcel Duchamp, com seus ready-mades, questionou a separação entre arte e objeto comum, propondo uma valorização da ideia e da intenção do artista. Essa provocação marcou profundamente a arte contemporânea, que passou a incorporar diversos suportes, linguagens e intenções — da performance à instalação, do vídeo ao digital, das ações coletivas à arte relacional.

Hoje, a arte é compreendida como uma prática múltipla, que não se limita a formas canônicas nem a espaços institucionalizados como museus ou galerias. Ela pode emergir no espaço urbano, na escola, no corpo, na paisagem ou no cotidiano, carregando sempre consigo um potencial de transformação individual e coletiva. A arte é, portanto, uma for-

ma de ver e intervir no mundo — de criar sentidos, partilhar experiências e reinventar realidades.

Neste trabalho, a arte será compreendida não apenas como produção estética, mas como linguagem formativa, cultural e simbólica, essencial na construção da sensibilidade, da imaginação e do pensamento crítico. Essa perspectiva sustenta a proposta da Escola Livre de Artes como espaço onde a arte é cultivada não como privilégio, mas como direito e ferramenta de formação humana.



2.2. Tipos de arte

Ao longo da história, diferentes tentativas foram feitas para classificar as formas de manifestação artística. A mais influente delas foi proposta pelo filósofo francês Charles Batteux, em 1746, que agrupou as chamadas "belas artes" — pintura, escultura, dança, música, poesia e, mais tarde, a arquitetura — em torno da ideia de que todas buscavam um princípio comum: a expressão do belo por meio da sensibilidade.

No século XX, com o avanço das linguagens técnicas e midiáticas, o intelectual italiano Ricciotto Canudo propôs o conceito das "Sete Artes", incluindo o cinema como a sétima expressão artística. Essa classificação se tornou emblemática, consolidando

a seguinte ordem:

1. Música;
2. Dança;
3. Pintura;
4. Escultura;
5. Teatro;
6. Literatura;
7. Cinema.

Com o tempo, esse agrupamento foi sendo ampliado para abranger novas formas de expressão surgidas a partir das transformações tecnológicas e culturais, como:

- Fotografia;
- Quadrinhos (HQs);
- Videogames
- Arte digital e interativa;
- Design gráfico e de produto;
- Instalações e performances contemporâneas.

Essa expansão demonstra que a arte não é um campo estático, mas um território em constante reinvenção, que se molda de acordo com as mudanças sociais, culturais e tecnológicas. Muitas dessas manifestações rompem com a noção clássica de “belo” e enfatizam a ideia, o processo, o corpo, o espaço e a interação como elementos centrais da obra.

Entre as classificações tradicionais, duas grandes categorias continuam relevantes no campo educacional e institucional:

- Artes Visuais: englobam formas predominantemente visuais ou plásticas, como pintura, escultura, gravura, fotografia, design e arquitetura. São frequentemente ensinadas a partir da percepção estética, da composição formal e da prática técnica.



- Artes Cênicas: incluem linguagens baseadas na performance ao vivo, como o teatro, a dança e a música. Caracterizam-se pela presença do corpo e pela relação direta com o tempo e o público, sendo também campos de estudo e expressão profundamente ligados ao rito, à coletividade e à improvisação.

A classificação das artes, no entanto, não deve ser vista como uma divisão rígida, mas como um mapa aberto, que serve para orientar, mas não limitar, a compreensão da diversidade cultural e criativa da humanidade. No contexto da Escola Livre de Artes, essa visão ampliada e integradora da arte será essencial para permitir o diálogo entre diferentes linguagens, abordagens e públicos.

2.3. A arte na formação humana

A arte desempenha um papel fundamental na formação do indivíduo, atuando como instrumento de desenvolvimento sensível, intelectual e crítico. Mais do que habilidade técnica ou expressão estética, ela representa uma linguagem estruturante da experiência humana, capaz de articular pensamento, emoção, corpo e cultura.

Para **Herbert Read (2001)**, a educação pela arte é um dos caminhos mais eficazes para o desenvolvimento integral do ser humano. Em sua visão, **a arte não deve ser uma disciplina periférica no currículo, mas um núcleo formador de sensibilidade, imaginação e equilíbrio interior.** Através do desenho, da pintura, da escultura e de outras formas expressivas, a criança constrói sua percepção de mundo e sua identidade. Read defende que a prática artística estimula tanto o raciocínio quanto a intuição, contribuindo para a formação de indivíduos mais conscientes, criativos e socialmente ativos.

Essa perspectiva dialoga profundamente com a pedagogia libertadora de **Paulo Freire**, que entende a educação como prática da liberdade, e não como instrumento de domesticação.



Para Freire (1996), a arte é uma forma de leitura do mundo: **ela permite que o sujeito reflita sobre sua realidade, reconheça sua condição histórica e reaja criativamente às estruturas opressoras.** A expressão artística, nesse contexto, torna-se um ato político, pois afirma a autonomia do sujeito e sua capacidade de produzir cultura. Ao rejeitar a lógica da transmissão mecânica de conhecimento, Freire valoriza práticas educativas em que o educando se reconhece como criador, não apenas reproduzidor — ideia central também para o ensino da arte.

Já **Lev Vygotsky**, psicólogo e teórico do desenvolvimento, compreende a arte como **um dos principais mediadores simbólicos do desenvolvimento humano.** Em suas investigações sobre linguagem, imaginação e cognição, Vygotsky (2001) destaca que a experiência estética tem um papel formador nas estruturas mentais, favorecendo o desenvolvimento da criatividade, da empatia e da comunicação simbólica. A arte permite à criança representar o que ainda não pode verbalizar, expandindo sua capacidade de abstração, interpretação e invenção.

Esses três autores, ainda que com enfoques distintos, convergem na compreensão da arte como dimensão essencial da educação e da formação humana. Eles rejeitam a visão tecnicista e utilitária do ensino artístico, defendendo seu lugar como espaço de construção de sentidos, emancipação e subjetividade.

A proposta da Escola Livre de Artes se apoia nesse entendimento. Ao ofe-

recer um ambiente de experimentação, expressão e aprendizado criativo, a escola buscará formar sujeitos capazes de imaginar, questionar e transformar a realidade por meio da arte — não apenas como domínio técnico, mas como linguagem viva e integradora.

2.4. Trajetória do ensino da arte no Brasil

A história do ensino da arte no Brasil é marcada por tensões entre tradição e ruptura, entre modelos acadêmicos importados e manifestações culturais locais. Com origens que remontam ao período colonial, a educação artística no país evoluiu de oficinas artesanais para instituições formais, enfrentando ao longo dos séculos desafios conceituais, políticos e sociais.

Durante o período colonial, a principal manifestação artística institucionalizada foi o **Barroco**, que se desenvolveu sobretudo nos centros urbanos ligados à Igreja Católica. As práticas artísticas eram ensinadas nas oficinas de mestres escultores, pintores e entalhadores, de maneira empírica, baseada na repetição e na transmissão oral. Essa forma de ensino, embora informal, permitia uma aprendizagem efetiva e integrada à cultura local, com resultados marcantes na arte sacra brasileira, especialmente em Minas Gerais.

A primeira grande tentativa de institucionalizar o ensino da arte no Brasil ocorreu com a chegada da **Missão Artística Francesa**, em 1816. Convidados por D. João VI, artistas

como Jean-Baptiste Debret, Auguste Taunay e Grandjean de Montigny fundaram a Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, que depois se tornaria a Academia Imperial de Belas Artes. Inspirada nos modelos acadêmicos europeus, essa escola tinha como objetivo formar artistas segundo os padrões **neoclássicos**, baseados na simetria, no desenho técnico e na imitação dos modelos greco-romanos. Embora elitista e distante da realidade popular brasileira, essa instituição foi fundamental para a consolidação do ensino formal das artes no país.

No início do século XX, o movimento **modernista** — especialmente com a Semana de Arte Moderna de 1922 — rompeu com a herança acadêmica, propondo uma arte mais próxima da identidade brasileira, misturando linguagens, técnicas e referências.



Essa renovação também influenciou a educação artística, inspirando propostas que valorizavam a expressão individual, a cultura popular e a experimentação.

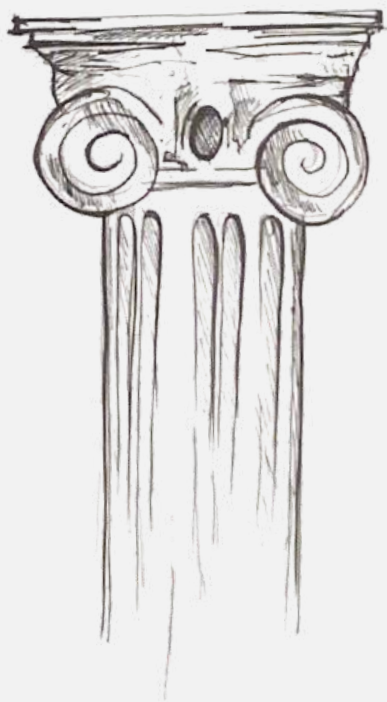
Na década de 1940, o Movimento das Escolinhas de Arte, liderado por Augusto Rodrigues, propôs uma abordagem inovadora, centrada na liberdade criativa e na formação sensível das crianças. As escolinhas ofereciam oficinas para crianças e professores, com base em metodologias ativas, integrando arte ao cotidiano. Essa experiência teve impacto decisivo no campo da arte-educação e abriu caminho para novas políticas públicas voltadas à formação artística.

Entre os principais nomes da renovação do ensino da arte no Brasil está a professora e pesquisadora **Ana Mae Barbosa**, que, a partir da década de 1970, consolidou a chamada Abordagem Triangular. Essa metodologia propõe a articulação entre três eixos: o fazer artístico, a leitura de imagens (apreciação) e a contextualização histórica. Ana Mae rompe com o ensino baseado apenas na técnica ou na expressão livre, propondo uma abordagem crítica e integrada ao currículo escolar. Sua atuação foi essencial para o reconhecimento da arte como componente fundamental da formação básica.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996, a arte passou a ser reconhecida como disciplina obrigatória na educação básica, incluindo suas quatro linguagens: artes visuais, música,



dança e teatro. No entanto, a aplicação efetiva da lei encontrou entraves, especialmente pela persistência da figura do professor polivalente, o que muitas vezes compromete a qualidade do ensino. A situação se agravou com a Reforma do Ensino Médio de 2017, que tornou a arte uma disciplina optativa em parte do currículo. Em contrapartida, movimentos de resistência têm surgido, fortalecendo a presença da arte nas escolas públicas por meio de projetos independentes, programas culturais e ações coletivas de professores. Ainda que enfrente desafios estruturais e políticos, o ensino da arte no Brasil vem se consolidando como um campo autônomo e em diálogo com a diversidade cultural do país. A proposta da Escola Livre de Artes surge nesse contexto, buscando resgatar práticas formativas sensíveis, críticas e contextualizadas.



2.5. Cultura, território e acesso à arte

A cultura não existe isoladamente das dinâmicas territoriais. Ela se manifesta, se transforma e se disputa no espaço social. Assim, discutir a arte e sua formação implica também refletir sobre quem tem acesso a ela, onde ela acontece e como o espaço urbano contribui — ou limita — essas experiências. Para isso, as contribuições de **Milton Santos** e **Néstor García Canclini** oferecem bases fundamentais para compreender a arte como fenômeno territorializado, híbrido e desigual.

O geógrafo Milton Santos (1997) argumenta que o espaço não é apenas uma dimensão física, mas um produto social, construído pelas relações entre sujeitos, instituições e estruturas econômicas.

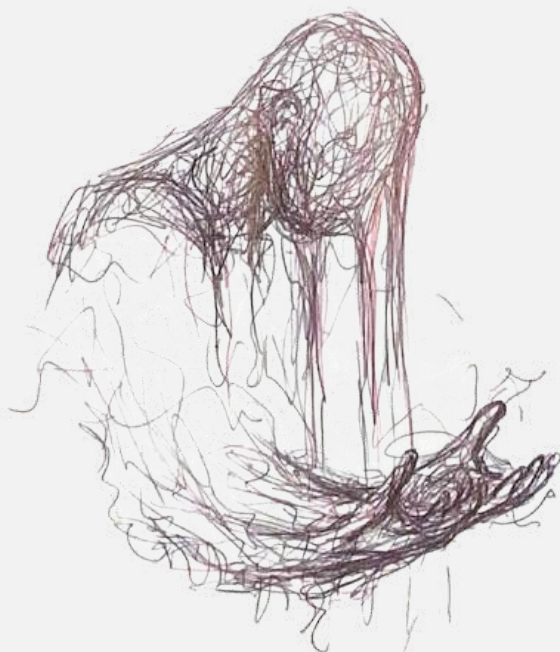
O espaço, nesse sentido, não é neutro: ele expressa conflitos, poderes, exclusões e também resistências. Em suas análises sobre a urbanização desigual brasileira, Santos denuncia que os equipamentos culturais, os centros de formação e as possibilidades de expressão artística estão concentrados em regiões privilegiadas, enquanto outras áreas permanecem à margem da produção simbólica. Essa desigualdade se expressa claramente no campo da formação artística. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, os cursos superiores em artes estão fortemente concentrados em regiões metropolitanas, como Porto Alegre e Pelotas, deixando cidades médias como Santa Cruz do Sul com poucas ou nenhuma opção de acesso a uma formação qualificada e presencial em arte. Essa realidade evidencia a importância de alternativas descentralizadas, que ampliem a capilaridade da cultura e do ensino artístico.

Já o antropólogo e sociólogo Néstor García Canclini contribui com uma visão contemporânea da cultura, especialmente ao tratar do conceito de hibridismo cultural. Em suas obras, como *Culturas Híbridas* (1990), ele analisa como os processos de globalização e migração produzem novas formas de cultura que combinam o tradicional com o moderno, o local com o global. Canclini afirma que, diante da multiplicidade cultural da América Latina, é preciso reconhecer e valorizar formas plurais de produção artística, muitas vezes negligenciadas

pelos modelos institucionais convencionais.

Para Canclini, a arte não pode estar restrita a espaços elitizados ou institucionalizados — ela deve estar acessível nos múltiplos territórios da vida cotidiana. Isso inclui escolas, praças, centros comunitários, coletivos de periferia, movimentos sociais. A arte é um direito cultural, e não um privilégio. A ausência de políticas e estruturas que promovam esse direito configura uma exclusão simbólica e formativa que reforça desigualdades sociais.

Nesse contexto, a proposta da Escola Livre de Artes busca justamente responder a essas lacunas. Ao se instalar em uma cidade de porte médio e abrir suas portas para públicos diversos, a escola afirma o território como espaço de criação, pertencimento e transformação cultural. Se apresenta como uma alternativa concreta à centralização da cultura, promovendo a arte como linguagem acessível, plural e enraizada no cotidiano das pessoas.



2.6. Arquitetura e espaços de aprendizagem

O espaço em que o aprendizado acontece influencia profundamente a forma como se aprende. A arquitetura escolar, mais do que um abrigo para atividades didáticas, pode ser um agente ativo na formação humana, estimulando a interação, a criatividade e a autonomia. A relação entre espaço e aprendizagem tem sido objeto de reflexão de diversos arquitetos e educadores, entre eles o holandês **Herman Hertzberger**, cuja obra é referência no campo da arquitetura escolar contemporânea.

Hertzberger defende que a escola deve ser concebida como uma extensão do ambiente social, um lugar onde o aprendizado ocorre tanto dentro quanto fora da sala de aula. Em seus projetos e escritos, especialmente na obra *Space and the Architect* (2000), ele propõe uma arquitetura aberta, flexível e receptiva, em que o espaço físico incentiva a convivência e o uso ativo pelos estudantes. Para ele, o ambiente escolar não deve ser uma estrutura rígida e hierarquizada, mas um campo de possibilidades, onde a aprendizagem acontece em múltiplas direções.

Essa visão rompe com modelos tradicionais baseados na contenção, no controle e na repetição, e aproxima a escola de um espaço de experimentação, convivência e pertencimento. Hertzberger sugere que o arquiteto deve projetar espaços inacabados no sentido positivo do termo — ou seja, que possam ser apropriados, transformados e resignificados pelos próprios usuários. Escadas podem virar arquibancadas; corredores, espaços de encontro; nichos, zonas de concentração ou diálogo. A arquitetura, nesse sentido, torna-se uma estrutura pedagógica em si, que ensina pela forma como organiza o convívio humano.

Essa abordagem se alinha profundamente à proposta da Escola Livre de Artes, que busca promover não apenas o ensino técnico de linguagens artísticas, mas também a formação sensível e relacional dos sujeitos. O espaço projetado para essa escola deverá refletir os mesmos princípios que defende em seu conteúdo: acessibilidade, fluidez, acolhimento, diversidade de usos e liberdade de apropriação.

Inspirada por Hertzberger, a arquitetura da escola será pensada como um organismo vivo, aberto ao território, conectado à cidade e disponível à transformação. Mais do que um edifício, pretende-se criar um ambiente de encontros, criação e trocas, onde a arte e o aprendizado se manifestem de forma natural, espontânea e integrada ao cotidiano.



2.7. Fachada Ativa e a Vida Urbana

O conceito de fachada ativa desempenha papel fundamental na criação de espaços urbanos dinâmicos, seguros e acolhedores, promovendo a interação direta entre edifícios e as ruas. Fachadas ativas incentivam o uso contínuo do espaço público, tornando-o mais vibrante e convidativo.

Jane Jacobs (1961), em sua obra *Morte e Vida de Grandes Cidades*, introduziu a ideia dos “olhos na rua”, que destaca a importância da presença constante de pessoas e da diversidade funcional nos pavimentos térreos para garantir segurança e vitalidade nas cidades. Para Jacobs, as ruas com fachadas que promovem visibilidade e atividades variadas tornam-se ambientes sociais mais seguros e estimulantes.

Complementando essa visão, **Jan Gehl (2010)**, em *Cidades para Pessoas*, defende que os edifícios devem “falar com a rua” por meio de transparências, múltiplos acessos, variações de uso e atividades que incentivem a permanência e o convívio social. Gehl propõe diretrizes quantitativas para avaliar a eficácia das fachadas ativas, ressaltando sua importância para a qualidade do espaço público.

O Novo Urbanismo, movimento que emergiu na década de 1980, valoriza a escala humana, o uso misto e a criação de espaços públicos qualificados. Ele incorpora os conceitos de Jacobs e Gehl para propor um planejamento urbano que promova a diversidade funcional e o encontro social (*Congress for the New Urbanism*, 2021).

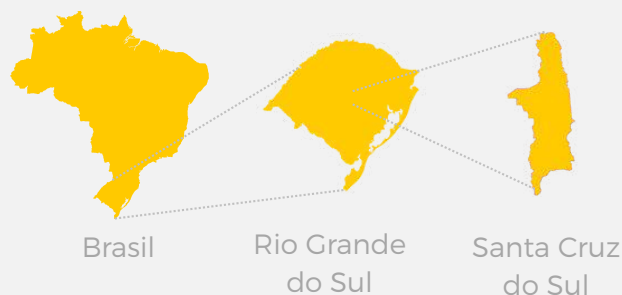
No contexto da Escola Livre de Artes, a aplicação do conceito de fachada ativa reforça a conexão entre o edifício e a cidade, tornando a escola um equipamento urbano vivo, acessível e aberto à comunidade. A fachada ativa contribui para que o espaço público em seu entorno se transforme em local de convívio, cultura e troca, alinhando-se aos objetivos de democratização da arte e estímulo à participação cultural.



3. TERRENO

3.1. Localização

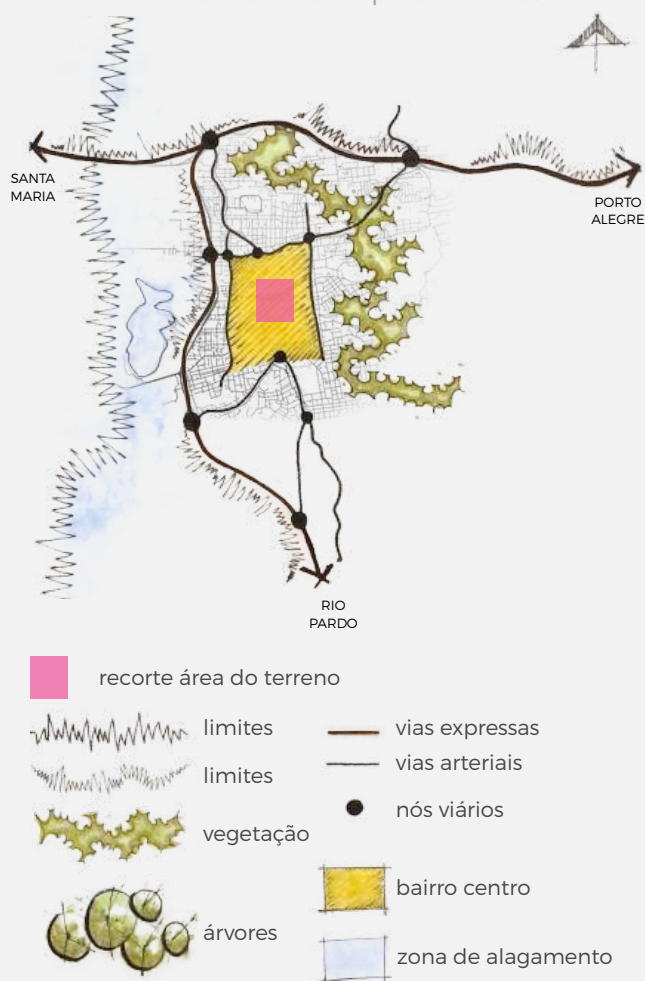
Figura 06 – Mapa de localização.
Fonte: Elaborado pela autora.



O terreno destinado à Escola Livre de Artes situa-se em Santa Cruz do Sul, município localizado na região central do estado do Rio Grande do Sul, a cerca de 150 km da capital Porto Alegre. Com aproximadamente 130 mil habitantes e papel estratégico na região central do estado, Santa Cruz do Sul destaca-se pelas redes de educação, cultura e saúde pública e privada, funcionando como referência regional. A cidade atrai diariamente moradores de municípios vizinhos para atividades escolares, comerciais e institucionais.

Santa Cruz do Sul apresenta uma infraestrutura urbana consolidada, com áreas bem equipadas, rede de transporte público funcional e bom índice de qualidade de vida. O município também se destaca pela forte tradição cultural, evidenciada por eventos como a Oktoberfest, pelas expressões artísticas locais e pela presença de universidades, escolas técnicas e equipamentos de uso coletivo.

Figura 07 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado ao mapa de Santa Cruz do Sul.
Fonte: Elaborado pela autora.



O diagrama ilustra os principais elementos da estrutura urbana de Santa Cruz do Sul, com destaque para as rodovias que conectam a cidade a polos regionais como Santa Maria, Porto Alegre e Rio Pardo – vias que também atuam como limites urbanos. São representadas as principais vias arteriais de circulação, as bordas da malha urbana formadas por rodovias e cinturão verde, bem como a zona central da cidade.

A leitura evidencia a organização espacial do município, servindo como base para compreender a distribuição do território, a lógica de fluxos e a inserção estratégica de equipamentos urbanos.

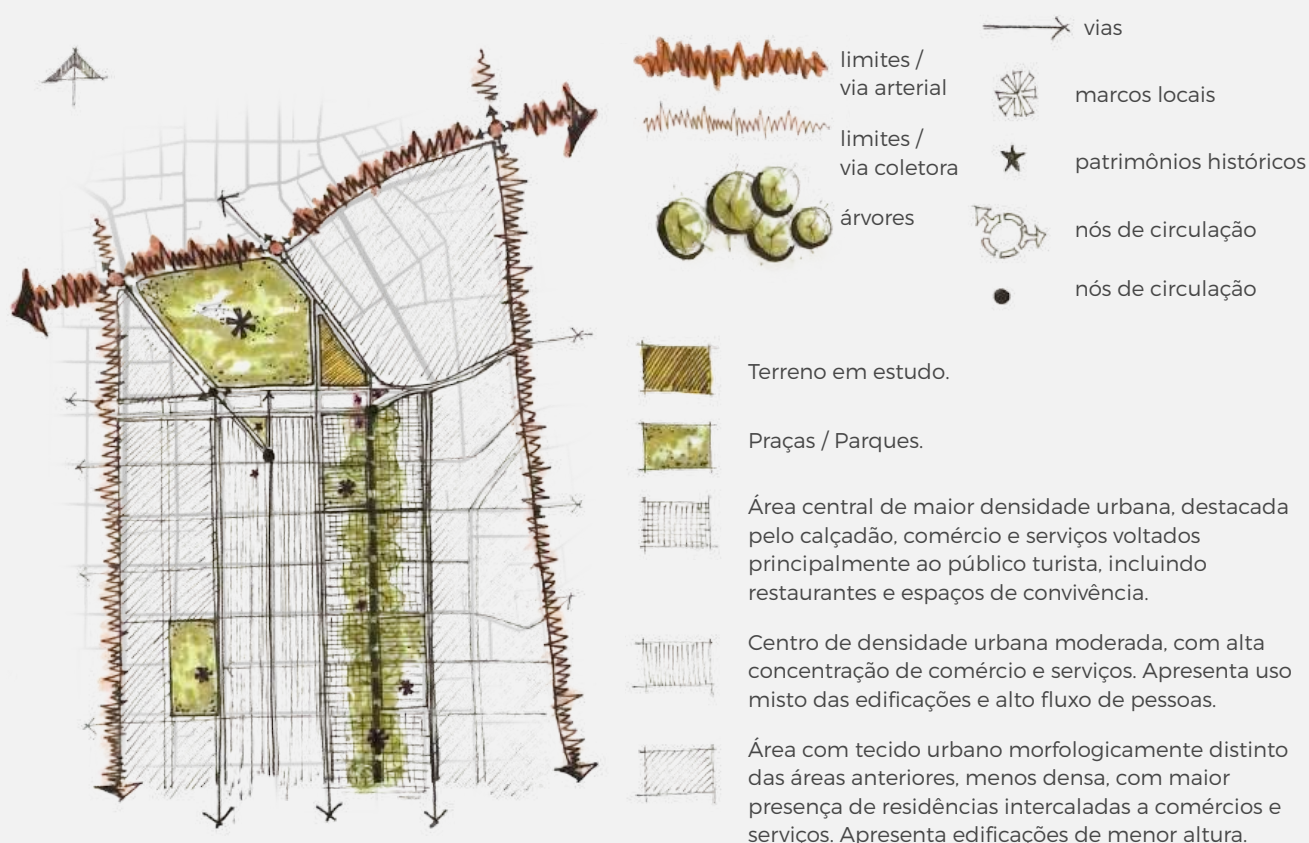
A área urbana em que se insere o terreno apresenta papel estratégico dentro do tecido urbano de Santa Cruz do Sul, articulando-se a partir de vias estruturantes, espaços públicos e referências simbólicas da cidade. O recorte em escala de bairro permite uma leitura mais próxima do cotidiano urbano, revelando elementos que influenciam diretamente a experiência espacial, como limites físicos, conexões viárias,

marcos locais e áreas de permanência.

Por meio da aplicação do método proposto por Kevin Lynch, o diagrama busca evidenciar os principais componentes perceptivos e estruturais do entorno imediato, contribuindo para a compreensão da forma urbana, da organização espacial e da lógica de circulação na área de estudo.

Figura 08 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado ao mapa de Santa Cruz do Sul, em escala de bairro.

Fonte: Elaborado pela autora.



O diagrama apresenta os principais elementos da estrutura urbana do bairro em estudo, destacando os limites definidos pelas vias arteriais e coletoras que organizam o fluxo local. São evidenciadas as áreas verdes e praças, bem como diferentes padrões de densidade urbana e usos do solo, que variam entre zonas mais comerciais e turísticas até setores residenciais com uso misto. Essa representação facilita a compreensão da dinâmica espacial do bairro, indicando a relação entre circulação, usos e morfologia urbana, base essencial para análises e intervenções projetuais.

3.2. Análise do terreno

O lote escolhido para projeto localiza-se no bairro Centro, em uma região privilegiada em termos de acessibilidade e articulação urbana. Situado em zona de uso ZC1, o terreno possui aproximadamente 17.130 m²,

Para compreender a percepção espacial e os elementos estruturantes do entorno imediato do terreno, foi elaborado um diagrama de Kevin Lynch aplicado à escala do lote. A leitura proporcionada pelo diagrama serve como base para as decisões projetuais, orientando a relação entre o terreno e seu contexto imediato.

Figura 09 – Diagrama de Kevin Lynch aplicado à escala do lote.

Fonte: Elaborado pela autora.



O terreno em questão destaca-se por sua expressiva arborização, com diversas árvores adultas que criam áreas sombreadas e contribuem para o conforto ambiental. Essa característica confere ao local um caráter acolhedor e representa uma oportunidade significativa para a criação de espaços públicos voltados ao lazer e à permanência.

A topografia do terreno revela um desnível de cerca de 8 metros entre os extremos norte e sul. Apesar dessa variação altimétrica, o lote não apresenta declives abruptos, e o relevo se desenvolve de forma contínua e suave.

Figura 10 – Condicionantes ambientais: vegetação, insolação e topografia.

Fonte: Elaborado pela autora.

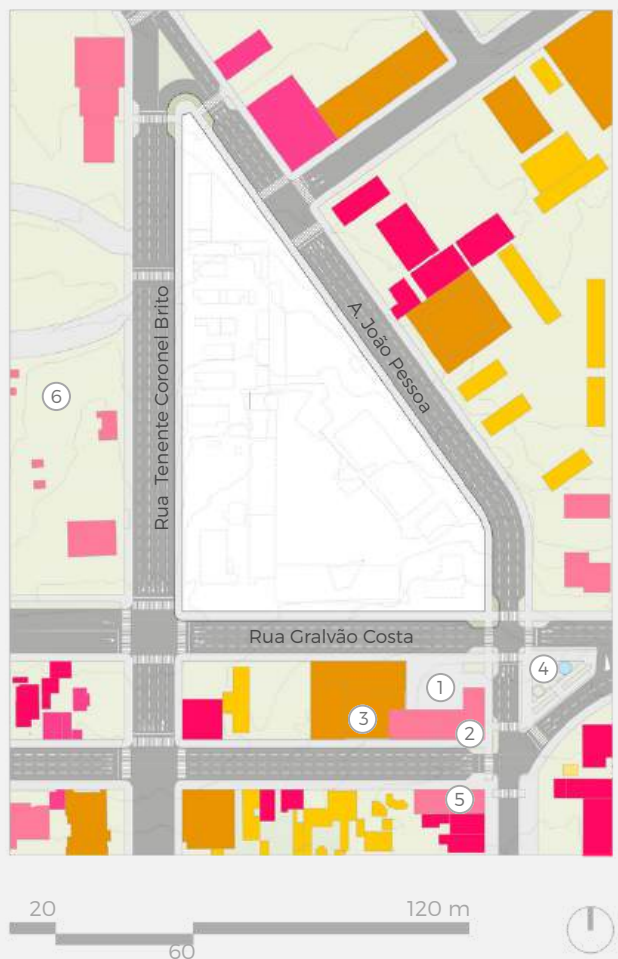


Atualmente, o terreno é ocupado por algumas construções, em sua maioria residências unifamiliares, além de uma edificação institucional que abriga a 3ª Superintendência Regional do DAER. Para viabilizar a implantação do projeto, considera-se a remoção dessas estruturas, com a realocação da Superintendência para outro ponto da cidade, mais alinhado às suas funções técnicas e menos estratégico em termos urbanos. Essa

ação abre caminho para a ressignificação do lote, transformando uma área subutilizada em um equipamento público de grande valor simbólico e social.

Figura 11 – Diagrama de uso e ocupação do solo e equipamentos urbanos.

Fonte: Elaborado pela autora.



- 1- Praça da cultura;
- 2- Biblioteca pública de Santa Cruz do Sul;
- 3- Mercado público de Santa Cruz do Sul (em refuncionalização);
- 4- Monumento do Imigrante;
- 5- Prédio histórico não protegido;
- 6- Parque da Oktoberfest.

O entorno imediato do terreno é marcado pela diversidade de usos: há residências, comércios, serviços e instituições educacionais, compondo um tecido urbano dinâmico e acessível a diferentes públicos. Essa

variedade de funções favorece a integração da escola à vida cotidiana do bairro e amplia seu potencial como espaço de encontro, criação e aprendizado.

Figura 12 – Diagrama de gabaritos de altura.

Fonte: Elaborado pela autora.



Em termos volumétricos, o entorno é predominantemente de um pavimento, mas conta também com algumas edificações verticais, incluindo um hotel, que conferem diversidade à paisagem urbana. Essa variedade volumétrica exige atenção na escolha da tipologia arquitetônica a ser adotada e no diálogo com os marcos históricos presentes na região. Essa diversidade permite pensar em

escalas diferenciadas que respeitem o contexto.

O terreno possui localização estratégica, com acesso direto pelas Avenidas João Pessoa, Tenente Coronel Brito e Rua Galvão Costa, além da proximidade a paradas de transporte coletivo, o que garante boa conectividade com outras regiões da cidade. Esses aspectos, somados às características físicas e urbanas do lote, definem os principais condicionantes e potencialidades para o desenvolvimento do projeto da Escola Livre de Artes.

Figura 13 – Imaplantação do terreno.

Fonte: Elaborado pela autora.



3.3. Justificativa do terreno

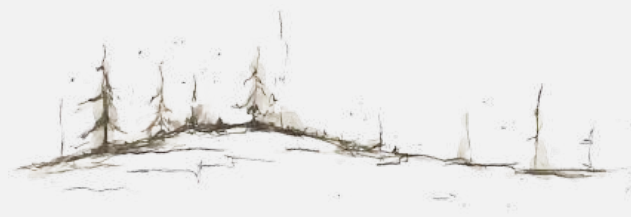
A escolha deste terreno, situado em área central de Santa Cruz do Sul, fundamenta-se em sua posição estratégica na malha urbana e no potencial de transformação social e cultural que pode representar. Sua localização privilegiada, em uma zona com circulação intensa de pedestres, estudantes e moradores, garante fácil acesso a partir de diversos pontos da cidade, seja por transporte público, bicicleta ou a pé. Trata-se de uma área conectada a equipamentos educacionais, culturais e de convivência, o que favorece a integração da nova escola com a dinâmica existente do bairro.

Além da acessibilidade, o terreno apresenta qualidades ambientais e espaciais que o tornam especialmente apto à implantação de um equipamento voltado à arte e à educação. A presença significativa de arborização cria um ambiente naturalmente agradável e inspirador, ideal para atividades pedagógicas, oficinas ao ar livre, apresentações e encontros culturais. A topografia do terreno, apesar do desnível de cerca de 8 metros entre os extremos norte e sul, distribui-se de forma contínua e suave, permitindo diferentes estratégias de implantação.

Outro ponto de destaque é o tamanho do lote, que possibilita a acomodação de diversas estruturas sem comprometer o conforto espacial. Essa flexibilidade construtiva favorece a criação de uma escola que vá além da função institucional, atuando como polo cultural aberto à comunidade e incentivando a

permanência e o uso qualificado do espaço urbano.

A instalação da Escola Livre de Artes neste local não apenas aproveita o potencial do terreno, mas contribui para sua valorização social e simbólica, tornando-o um ponto de referência na paisagem cultural da cidade.



3.4. Condicionantes legais

O terreno destinado à implantação da Escola Livre de Artes está inserido na Zona Comercial 1 (ZC1), conforme estabelecido pelo *Plano Diretor Municipal de Santa Cruz do Sul (Lei Complementar nº 741/2019)*. Trata-se de uma zona de uso misto, que permite atividades comerciais, institucionais, de serviço e uso coletivo, sendo compatível com a proposta da escola.

Quanto aos recuos obrigatórios, a legislação determina que eles sejam definidos com base na classificação das vias lindeiras, conforme o Mapa VI – Sistema Viário do Plano Diretor. No caso deste terreno, as ruas que o margeiam — Avenida João Pessoa, Rua Tenente Coronel Brito e Rua Galvão Costa — não estão entre aquelas que exigem recuo a partir do eixo da via. Dessa forma, não há exigência legal de recuos frontal, lateral ou de fundos.

Além disso, os índices construtivos definidos para a ZC1 favorecem a densidade moderada e o uso racional do solo, respeitando parâmetros de permeabilidade, altura e ocupação. Esses índices orientam a viabilidade da proposta arquitetônica, conforme apresentado na Tabela 01.

Tabela 01 – Taxas e índices construtivos permitidos conforme o Plano Diretor de Santa Cruz do Sul.

Fonte: Lei Complementar nº 741/2019.

ZONA	IA	IC	IR	IMA	TO	TP
ZC1	3	0	1,5	4,5	90%	0%

Tabela 02 – Taxas e índices aplicados ao terreno. (m²)

Fonte: Elaborado pela autora.

ÁREA TERRENO	IA	IC	IR	IMA	TO	TP
17.130	51.390	0	25.695	77.085	15.417	0%

3.5. Levantamento fotográfico

Figura 14 – Terreno visto à partir da Av. João Pessoa.

Fonte: autora.



Figura 15 – Terreno visto à partir da Rua Tenente Coronel Brito.

Fonte: autora.



Figura 16 – Terreno visto à partir da Rua Tenente Coronel Brito.

Fonte: autora.

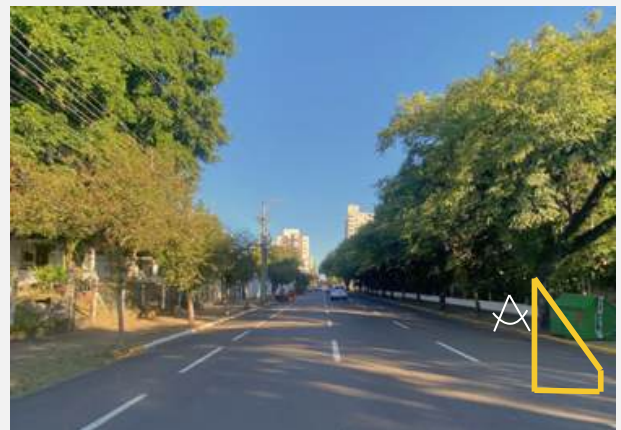
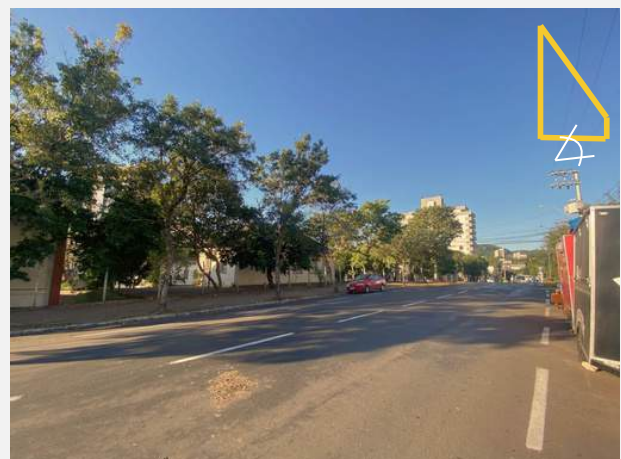


Figura 17 – Terreno visto à partir da Rua Galvão Costa.

Fonte: autora.



4. ESTUDOS REFERENCIAIS

4.1. Referências tipológicas

4.1.1. Livraria Mengzi NSAU da Librairie Avant-Garde

- Arquitetos: ZAO/Zhang Ke Architecture Office
- Localização: Mengzi, China
- Área: 894 m²
- Ano: 2023

A Livraria Mengzi NSAU, localizada em Mengzi, na província de Yunnan (China), é um projeto do escritório ZAO/standardarchitecture, liderado por Zhang Ke, concluído em 2023. Com 894 m², o edifício foi implantado junto ao Southlake Park e a estruturas históricas da National Southwest Associated University (NSAU), reutilizando antigas tabernas e um campanário, que foram restaurados e integrados à nova proposta arquitetônica.

A implantação respeita a topografia e o contexto existente, enquanto novos volumes de concreto pigmentado e madeira serpenteiam pelo terreno, conectando os níveis por meio de uma rampa contínua. Essa espiral construída é também o principal partido do projeto, transformando a cobertura em um telhado caminhável, que atua como percurso, estrutura e espaço de permanência.

O conceito de “memória fluida” guia a intervenção: ao manter as construções pré-existentes, o projeto reinterpreta a história local sem apagar sua presença material. A forma serpenteante cria uma

Figura 18 – Perspectiva aérea com foco na cobertura. Fonte: Archdaily.



Figura 19 – Perspectiva da praça interna da Livraria Mengzi. Fonte: Archdaily.



Figura 20 – Perspectiva aérea da Livraria Mengzi. Fonte: Archdaily.



experiência espacial gradual, valorizando o deslocamento e as visadas para o parque e o lago, reforçando a relação entre interior e exterior.

O programa inclui livraria, café, áreas de leitura e exposição, distribuídos de maneira fluida ao longo do percurso. A circulação, acessível e contínua, rompe com hierarquias espaciais, estimulando o uso livre do edifício como espaço público. A rampa, que integra verticalmente os volumes, promove acessibilidade universal e contribui para a narrativa espacial da arquitetura como caminhada.

Figura 21 – Vista da circulação contínua da Livraria Mengzi. Fonte: Archdaily.



Em termos de materialidade, o projeto adota concreto aparente com textura de madeira, madeira natural e tijolos antigos, gerando contraste e continuidade entre o novo e o antigo.

A solução estrutural em concreto moldado in loco se adapta organicamente ao terreno, enquanto as estruturas antigas foram reforçadas para suportar a intervenção contemporânea.

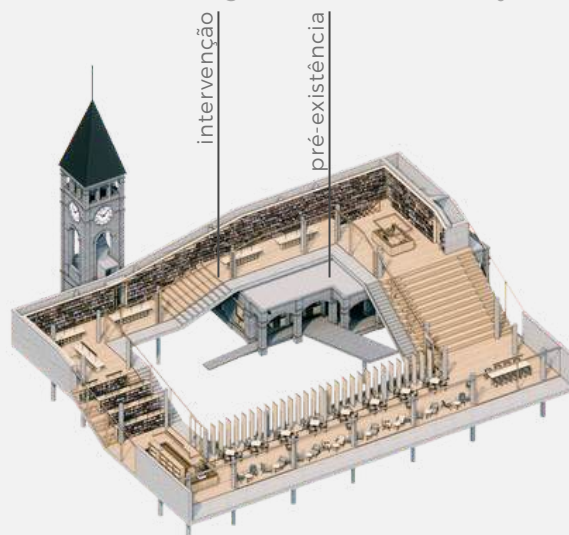
As instalações técnicas foram discretamente incorporadas. A iluminação, assinada pelo estúdio Tongyuan, é difusa e acolhedora. Acredita-se que o edifício conte com estratégias passivas de conforto térmico, aliadas a sistemas pontuais de climatização.

A Livraria Mengzi NSAU sintetiza arquitetura, paisagem e memória. Sua forma fluida, a integração com o contexto e a materialidade cuidadosa fazem do projeto um exemplo sensível de espaço cultural contemporâneo – uma arquitetura que convida à permanência, à contemplação e à conexão com o lugar.

Figura 22 – Vista lateral da Livraria Mengzi e seus visuais. Fonte: Archdaily.



Figura 23 – Perspectiva isométrica da Livraria Mengzi. Fonte: Archdaily.



4.1.2. Praça dos Clérigos



Arquitetos: Balonas & Menano
Arquitectos



Localização: Porto, Portugal



Área: 2.000 m²



Ano: 2013

A Praça de Lisboa, situada entre a Torre dos Clérigos e a Reitoria da Universidade do Porto, foi requalificada em 2013 pelo escritório português Balonas & Menano Arquitectos, transformando um espaço urbano anteriormente degradado em um exemplo expressivo de integração entre arquitetura, paisagem e espaço público.

O projeto se destaca por sua estratégia volumétrica discreta: em vez de construir sobre a praça, os arquitetos decidiram “escavar” o solo para criar uma galeria comercial subterrânea, recobrando-a com um telhado verde acessível que se integra à topografia urbana. O resultado é uma edificação que praticamente desaparece da paisagem, preservando as visuais para os elementos históricos do entorno, como a icônica Torre dos Clérigos, e ampliando o espaço de uso público.

A cobertura do edifício funciona como um plano inclinado que conecta diferentes cotas da praça, funcionando como telhado caminhável, miradouro, área de lazer e transição suave entre níveis urbanos. Essa solução reforça a continuidade espacial entre o edificado e o solo, ao mesmo tempo em que devolve à cidade uma área verde em pleno centro histórico. A vegetação utilizada na cobertura contribui para o conforto

Figura 24 – Perspectiva aérea com foco na cobertura. Fonte: Architizer.



Figura 25 – Perspectiva da galeria comercial. Fonte: Architizer.



Figura 26 – Perspectiva aérea com foco na cobertura caminhável. Fonte: Architizer.



térmico da galeria inferior e reforça o caráter naturalizado do projeto.

A implantação respeita integralmente o entorno edificado, preservando percursos históricos e acessos tradicionais. A circulação dos pedestres acontece de forma orgânica, tanto sobre o plano verde quanto nos acessos às lojas e cafés abaixo. Essa fluidez é potencializada por uma linguagem arquitetônica silenciosa, com volumes enterrados e aberturas cuidadosamente posicionadas, que criam transições suaves entre o espaço urbano e os interiores comerciais.

Figura 27 – Perspectiva mostrando a integração com a paisagem da cidade.

Fonte: Architizer.



Em termos de materialidade, predominam o concreto aparente, o vidro e elementos metálicos discretos, que reforçam a sobriedade da intervenção e permitem que a paisagem construída do Porto siga sendo a protagonista. A estrutura de concreto moldado in loco se adapta à topografia e permite a criação das rampas inclinadas e das aberturas escalonadas.

A galeria subterrânea, apesar de ser um espaço de uso comercial, é tratada com generosidade espacial e visual. A iluminação natural é garantida por rasgos no solo, que funcionam como lanternins e pátios internos, reforçando a conexão entre os dois níveis da praça. A acessibilidade universal é garantida por rampas suaves, e a circulação é intuitiva, promovendo uma experiência pública contínua.

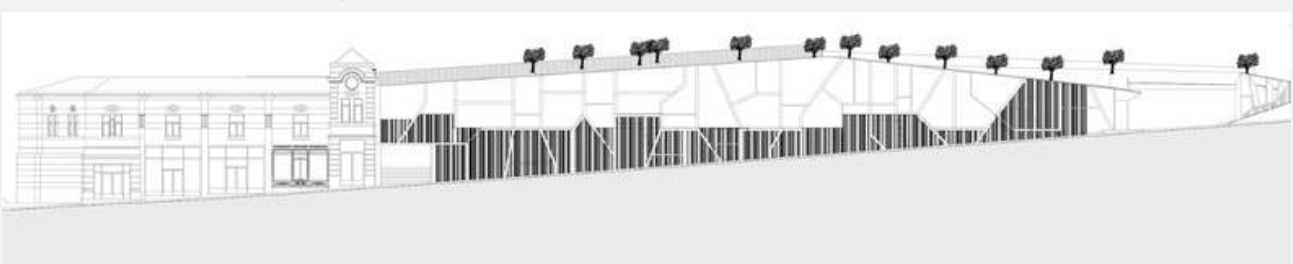
A intervenção da Praça de Lisboa é exemplar ao propor uma ocupação mínima e altamente eficiente, que articula espaço público, comércio e paisagem de forma sensível e contemporânea.

A estratégia de “esconder o edifício” para valorizar o contexto urbano, somada ao uso do telhado como extensão do espaço público, transforma a praça em um modelo inovador de requalificação urbana integrada à memória e à morfologia da cidade.

Figura 28 – Perspectiva mostrando os rasgos para a galeria comercial. Fonte: Architizer.



Figura 29 – Fachada nordeste. Fonte: Architizer.



Ao elevar o conceito de cobertura caminhável a um elemento ativo da vivência urbana, a Praça de Lisboa também se insere em uma lógica contemporânea de reconquista do solo pelas pessoas. Mais do que um gesto projetual, essa solução representa uma crítica sutil à ocupação intensiva dos centros históricos por edificações privadas e à impermeabilização dos espaços públicos. Ao devolver uma superfície verde acessível e funcional à cidade, o projeto propõe um novo paradigma para áreas consolidadas: uma arquitetura que valoriza o vazio, o percurso e a permanência.

Figura 30 – Implantação. Fonte: Architizer.



Figura 31 – Corte. Fonte: Architizer.

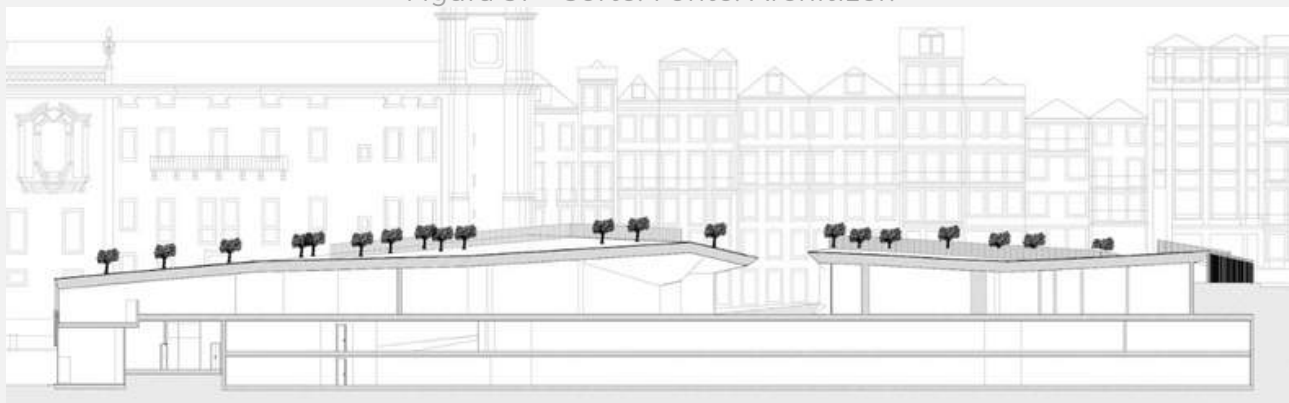


Figura 32 – Fachada Sudeste. Fonte: Architizer.

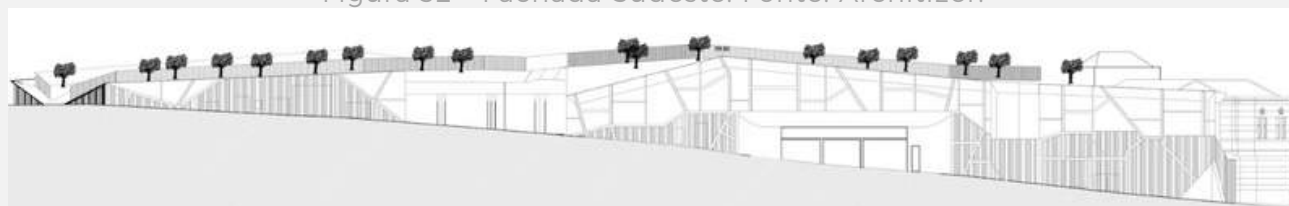


Figura 33 – Fachada nordeste. Fonte: Architizer.



Figura 34 – Perspectiva rasgo para paleria comercial. Fonte: Architizer.



4.1.3. Faculdade de Artes da Califórnia

- Arquitetos: Studio Gang
- Localização: San Francisco, Estados Unidos
- Área: 7.645 m²
- Ano: 2024

A Faculdade de Artes da Califórnia (California College of the Arts – CCA), projetada pelo Studio Gang e concluída em 2024, está localizada em San Francisco e possui 7.645 m². O projeto busca promover a integração entre diferentes áreas do conhecimento artístico e de design por meio de uma arquitetura fluida, aberta e colaborativa.

A solução arquitetônica se destaca pela planta livre e adaptável, que elimina compartimentações rígidas e estimula a troca interdisciplinar. O térreo funciona como uma grande base transparente e flexível, permitindo ampla visibilidade entre os setores e conexão direta com os espaços externos. A circulação é contínua e acessível, composta por rampas e escadas integradas ao percurso, e os pátios internos funcionam como núcleos ativos de convivência, iluminação e ventilação natural.

A forma do edifício é simples e geométrica, pensada para estimular a criatividade e facilitar reorganizações conforme as demandas de uso. A materialidade reforça esse conceito: o concreto aparente no térreo transmite robustez, enquanto os volumes superiores, em madeira e aço, trazem leveza e aconchego, equilibrando tradição e contemporaneidade.

Figura 35 – Perspectiva aérea.
Fonte: Archdaily.



Figura 36 – Perspectiva da realação da cobertura com pátios internos. Fonte: Archdaily.



Figura 37 – Perspectiva pátio interno. Fonte: Archdaily.



O projeto dialoga sensivelmente com a topografia do terreno, implantando-se de modo a respeitar os níveis naturais e a malha do campus, criando transições suaves entre o edifício e o entorno construído. Essa integração evita intervenções agressivas e valoriza o percurso, reforçando a continuidade espacial dentro e fora da edificação.

O programa de necessidades inclui oficinas, salas de aula, espaços expositivos e de convivência, todos organizados de maneira a favorecer a flexibilidade e a interação. Estratégias técnicas, como iluminação natural abundante e ventilação cruzada, contribuem para o conforto ambiental e a sustentabilidade da proposta.

A CCA é um exemplo de arquitetura educacional contemporânea, que alia funcionalidade, abertura e sensibilidade ao lugar, promovendo um ambiente fértil para a criação, o encontro e a aprendizagem coletiva.

Figura 38 – Corte isométrico. Fonte: Archdaily.

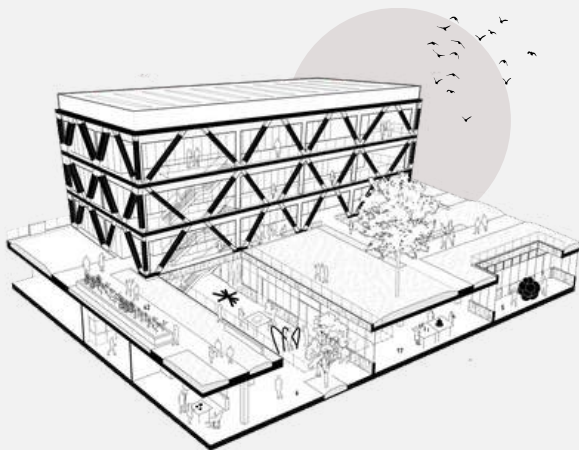


Figura 41 – Corte longitudinal. Fonte: Archdaily.

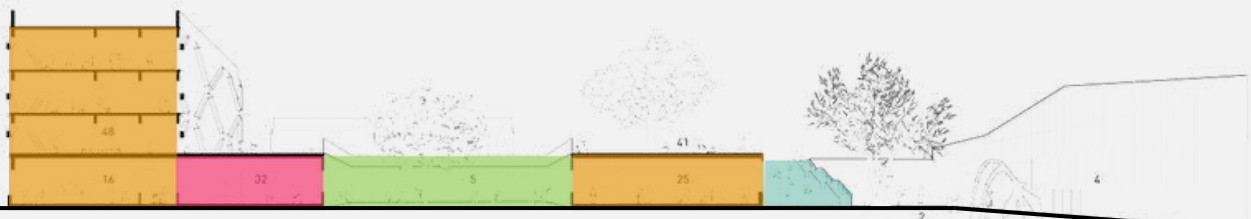


Figura 39 – Planta Baixa 1º Pavimento. Fonte: Archdaily.



LEGENDA

salas de prática artística	circulação vertical
lojas e bancos de materiais	sanitários
sala de aula	jardins para prática artística

Figura 40 – Planta Baixa 2º Pavimento. Fonte: Archdaily.



LEGENDA

salas de prática artística	circulação vertical
lojas e bancos de materiais	sanitários
sala de aula	jardins para prática artística

4.2. Referências arquitetônicas

4.2.1. Museu Tree Art

 Arquitetos: Daipu Architects

 Localização: Pequim, China

 Área: 3.200 m²

 Ano: 2009

O Museu Tree Art, projetado pelo escritório Daipu Architects e concluído em 2009 na cidade de Songzhuang, nos arredores de Pequim, China, é um projeto que se destaca por integrar arquitetura, arte e natureza em uma proposta fluida e sensorial. Com área construída de 3.200 m², o edifício foi pensado para proporcionar uma experiência contínua aos visitantes, sem interrupções físicas ou visuais.

A forma da edificação é curvilínea e orgânica, conduzindo o percurso do usuário por meio de rampas suaves e espaços interligados. A circulação se transforma em elemento central do projeto, promovendo movimento constante e favorecendo a contemplação. Rampas substituem as circulações tradicionais, conectando os diferentes níveis e atuando como extensão da experiência expositiva. No topo, uma praça acessível no telhado funciona como espaço de descanso e vista panorâmica, promovendo o uso pleno da edificação.

A implantação respeita a topografia local e valoriza os elementos naturais preexistentes, como espelhos d'água e árvores preservadas. Esses componentes são integrados à arquitetura de forma sensível, estabelecendo uma transição sutil entre o ambiente natural e o espaço

Figura 42 – Perspectiva do museu demonstrando solução arquitetônica e cobertura. Fonte: Archdaily.



Figura 43 – Perspectiva da realação da área interna com externa. Criação de pátios internos. Fonte: Archdaily.



Figura 44 – Manipulação da forma e materialidades em destaque. Fonte: Archdaily.



construído. Posicionado junto a uma via principal, o museu mantém fácil acesso e forte presença urbana.

A materialidade do projeto é marcada pelo uso do concreto aparente moldado in loco, que permite a execução das curvas e superfícies contínuas que definem a linguagem do edifício. O vidro, amplamente utilizado nas fachadas, assegura transparência, luz natural e conexão constante com o exterior, reforçando a leveza visual da estrutura em contraste com a densidade do concreto.

Figura 45 – Cheios e Vazios e materialidade em destaque. Fonte: Archdaily.

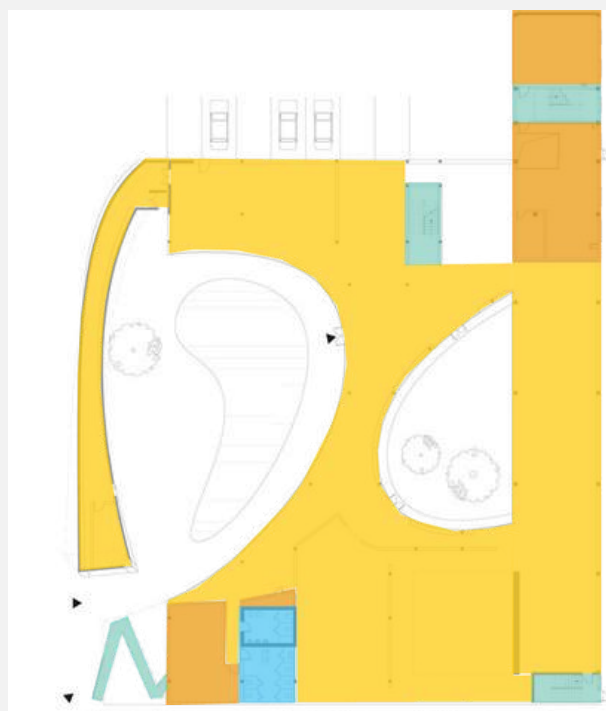


O programa contempla salas de exposição flexíveis, áreas de convivência, pátios internos e a praça superior. A ausência de compartimentações rígidas permite liberdade na curadoria das exposições e na ocupação dos espaços, incentivando a interação entre os visitantes e as obras. A estrutura de concreto se adapta organicamente ao terreno, sem seguir modulação rígida, e colabora para a criação de ambientes fluídos e acolhedores.

As soluções técnicas incluem estratégias de conforto térmico e ambiental, com aproveitamento da iluminação natural, ventilação cruzada proporcionada pela forma aberta e sistemas de climatização nos ambientes fechados. A arquitetura valoriza a permanência e a interação, transformando o deslocamento interno em parte essencial da vivência artística.

O Museu Tree Art propõe uma arquitetura que é, ao mesmo tempo, percurso, paisagem e suporte para a arte contemporânea. A combinação entre forma fluida, integração com o entorno e materialidade expressiva torna o projeto uma referência exemplar de espaço cultural sensível e inovador.

Figura 46 – Planta baixa. Fonte: Archdaily.



LEGENDA

- | | |
|-----------------|---------------------|
| área expositiva | circulação vertical |
| área de apoio | sanitários |



4.2.2. Centro de Teatro e Artes Kennedy

- Arquitetos: Machado and Silvetti Associates
- Localização: Clinton, Estados Unidos
- Área: 8.270 m²
- Ano: 2014

O Centro de Teatro e Artes Kennedy, projetado pelo escritório Machado and Silvetti Associates e concluído em 2014, está localizado em Clinton, Nova York, no campus do Hamilton College. Com uma área de 8.270 m², o edifício foi concebido para integrar as artes performáticas e visuais em um único espaço, promovendo a interdisciplinaridade e atendendo às necessidades pedagógicas do colégio. A arquitetura do centro busca estabelecer uma conexão entre os novos edifícios e o campus histórico, respeitando a topografia local e criando uma relação harmônica com o entorno.

A implantação do edifício ao longo da borda sul do campus foi estrategicamente planejada para moldar e enquadrar as vistas do gramado que desce suavemente até uma lagoa situada no centro do local. O elemento mais alto do projeto, o Teatro Flexível Romano, é posicionado no topo da colina, estabelecendo uma conexão visual entre o novo prédio e o histórico campus do Hamilton College, do outro lado da College Hill Road. Essa disposição permite que o edifício se integre ao tecido urbano existente, considerando cuidadosamente o acesso de pedestres e veículos a partir dos caminhos e estradas já estabeleci-

Figura 47 – Perspectiva da fachada. Destaque da materialidade. Fonte: Archdaily.



Figura 48 – Contraste de materialidade e forma. Fonte: Archdaily.



Figura 49 – Perspectiva interna ateliê. Fonte: Archdaily.



dos no campus.

O conceito do projeto enfatiza a porosidade e a integração dos espaços, permitindo que o edifício funcione como um elo entre diferentes disciplinas artísticas. O centro abriga salas de aula, estúdios, escritórios da faculdade, espaços de atuação e oficinas técnicas, funcionando como uma instalação que opera 24 horas para reforçar o programa interdisciplinar do Hamilton College. Essa organização espacial visa promover a interação entre os departamentos de arte, teatro e música, além de outras áreas acadêmicas, utilizando a mídia digital como uma ponte entre diversas áreas de estudo.

O programa de necessidades do centro inclui uma gama completa de estúdios, salas de aula e espaços de

oficina para apoiar os programas de estúdio e artes digitais oferecidos pelo colégio. Os estúdios de arte 2D estão localizados no segundo andar, aproveitando a luz natural, enquanto os estúdios de escultura 3D e oficinas de apoio estão no nível mais baixo, acomodando ferramentas pesadas e facilitando a movimentação de materiais grandes. Corredores amplos e um elevador de serviço de alta capacidade conectam todos os estúdios e oferecem fácil acesso a todos os espaços de oficina compartilhados. A atenção ao isolamento acústico é uma característica importante, com cuidados especiais para separar os espaços sensíveis ao som dos escritórios de arte e salas de aula do estúdio.

Figura 50 – Planta baixa 1º Pavimento.
Fonte: Archdaily.



LEGENDA

teatro	circulação vertical
salas de prática artística	sanitários
administrativo	

Figura 51 – Planta baixa 2º pavimento.
Fonte: Archdaily.



LEGENDA

teatro	circulação vertical
salas de prática artística	sanitários
administrativo	

O Centro de Teatro e Artes Kennedy, no campus do Hamilton College, adota uma estrutura composta por aço preenchido com concreto, com um porão técnico em concreto fundido e sistema de radier com baldrame nos perímetros. A materialidade destaca o uso de bluestone local, aplicado em paredes com isolamento térmico, e painéis de concreto de altíssimo desempenho (UHPC), que apresentam padrões abstratos inspirados em árvores, instalados como fachada ventilada.

O projeto incorpora diversas estratégias sustentáveis, como telhados inclinados com isolamento térmico, aberturas zenitais eficientes, tetos em caixão e fachadas com vidro isolado de alta performance. Estúdios artísticos contam com iluminação natural controlável por cortinas black-

out automatizadas, garantindo flexibilidade de uso.

As instalações técnicas foram pensadas para eficiência energética e conforto: sensores de CO₂ e movimento ajustam a ventilação conforme a ocupação, e sistemas de recuperação de calor otimizam o desempenho térmico. A iluminação é gerida por automação, reduzindo o consumo de energia.

O projeto se destaca por articular de forma exemplar soluções técnicas e arquitetônicas, promovendo espaços interdisciplinares e qualificados para a prática artística. Ao integrar funcionalidade, sustentabilidade e sensibilidade ao lugar, o Centro Kennedy se consolida como um modelo contemporâneo de arquitetura voltada às artes.

Figura 52 – Fechamento de vidro na fachada. Archdaily.



Figura 53 – Perspectiva interna ateliê. Fonte: Archdaily.



4.2.3. Centro de Artes Cênicas e Ciências Buddy Holly



Arquitetos: Diamond Schmitt Architects



Localização: Lubbock, Estados Unidos



Área: 20.439 m²



Ano: 2021

O Centro de Artes Cênicas e Ciências Buddy Holly, localizado em Lubbock, Texas, foi inaugurado em janeiro de 2021. Com uma área de 20.439 m², o edifício serve como um novo centro de artes performáticas para a cidade, reunindo a comunidade artística local e regional em um único espaço multifuncional. O projeto foi desenvolvido pelo escritório canadense Diamond Schmitt Architects, em colaboração com os escritórios locais Parkhill e MWM Architects, e foi construído pela Lee Lewis Construction, Inc. .

O conceito arquitetônico do centro é inspirado nas formações rochosas prismáticas e estratificadas dos cânions do Texas, refletindo a paisagem natural da região. A fachada do edifício apresenta uma série de finas lâminas de concreto anguladas que funcionam como uma cortina arquitetônica, proporcionando sombra e controle solar, além de criar um ritmo visual que remete às camadas geológicas locais. Essa estratégia não só contribui para a estética do edifício, mas também para seu desempenho energético, ajudando a moderar as flutuações térmicas características da região.

Figura 54 – Perspectiva aérea. Fonte: Archdaily.



Figura 55 – Fachada principal. Fonte: Archdaily.



Figura 56 – Perspectiva acesso principal. Fonte: Archdaily.



O edifício é composto por dois teatros principais: o Helen DeVitt Jones Theater, com capacidade para 2.290 pessoas, e o Crickets Studio Theater, com 415 lugares. Ambos os espaços foram projetados em colaboração com os consultores acústicos Jaffe Holden e os planejadores de teatro Schuler Shook, visando proporcionar uma experiência sonora de alta qualidade. O Helen DeVitt Jones Theater é equipado com um sistema de assentos reconfiguráveis, permitindo que o espaço seja adaptado para diferentes tipos de apresentações, desde concertos simfônicos até musicais e eventos comunitários.

Além dos teatros, o Centro abriga estúdios de dança, salas de aula, escritórios, restaurante e áreas para eventos. O layout favorece a circulação e a flexibilidade, com corredores amplos e espaços de convivência que

estimulam a interação entre os usuários. A integração de múltiplas funções em um único edifício reforça a proposta interdisciplinar, promovendo o diálogo entre artes, educação e comunidade.

O Centro de Artes Cênicas e Ciências Buddy Holly adota uma estrutura mista de concreto e aço, com fachada composta por painéis pré-fabricados de concreto e vidro. O projeto prioriza o uso de materiais locais e sustentáveis, além de incorporar sistemas de eficiência energética, como iluminação LED, ventilação passiva e controle automatizado de temperatura. Integrado ao contexto urbano de Lubbock, o edifício promove a colaboração entre artes e ciências, oferecendo espaços modernos e versáteis que enriquecem a vida cultural e educacional da comunidade.

Figura 57 – Perspectiva interna do teatro principal. Fonte: Archdaily.



Figura 58 – Perspectiva interna da sala de dança. Fonte: Archdaily.



Figura 59 – Corte salão principal. Fonte: Archdaily.



Figura 60 – Planta baixa 1ª pavimento. Fonte: Archdaily.

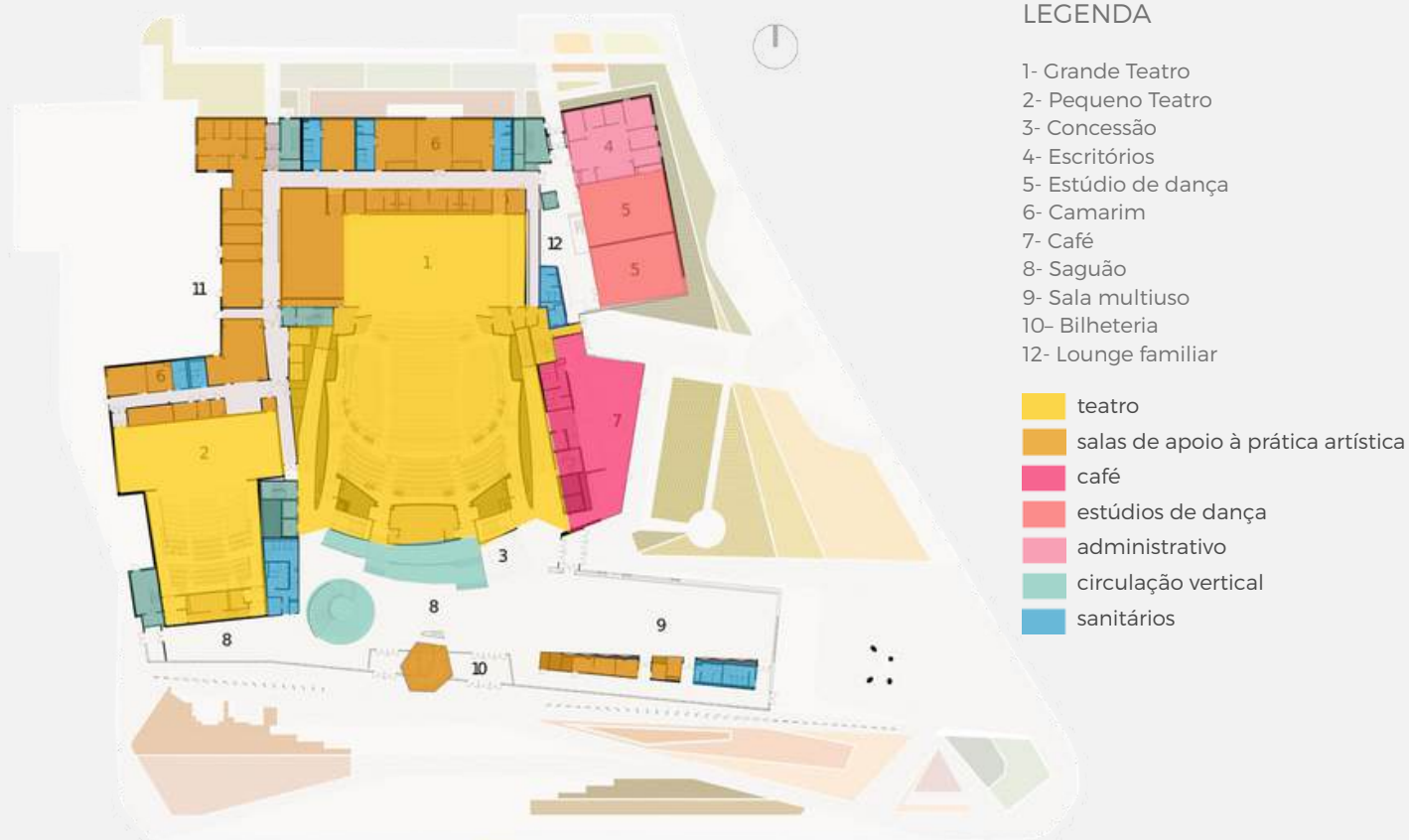
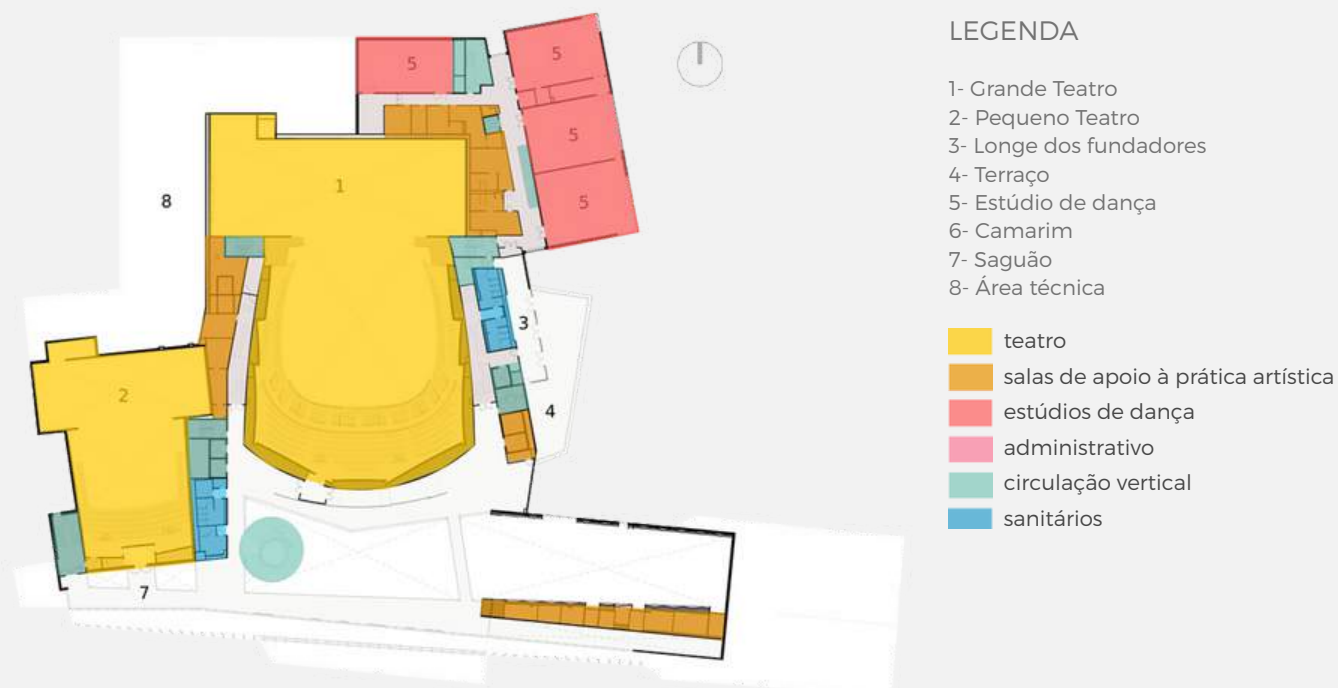


Figura 61 – Planta baixa 2ª pavimento. Fonte: Archdaily.



4.3. Referências contextuais

4.3.1. Instituto de Artes da UFRGS

 Arquitetos: Fernando Corona e Hernany Dias Corrêa

 Localização: Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

 Área: 4.610,13 m²

 Ano: 1943

O Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) constitui-se como uma referência histórica e acadêmica de grande relevância para o ensino das artes no estado. Sua trajetória institucional tem início em 1908, ano de sua fundação como Instituto de Belas Artes, que iniciou suas atividades em espaços provisórios, localizados em diferentes pontos da cidade de Porto Alegre. Consolidou-se ao longo do século XX como polo de formação e difusão das artes visuais, da música e da história da arte.

Em 1910, apenas dois anos após sua fundação, o Instituto adquiriu dois moulages — cópias perfeitas em gesso, em escala e detalhes, dos originais — para uso pedagógico no curso de Artes. Trata-se de réplicas da Vênus de Milo, cuja obra original está no Museu do Louvre, e do Apolo de Belvedere, escultura pertencente ao Museu do Vaticano. Essas peças continuam expostas até hoje no saguão da sede atual, reforçando a tradição acadêmica e o compromisso com a formação artística desde os primeiros anos da instituição.

Figura 62 – Foto do acesso do prédio. Fonte: Instituto de artes UFRGS.



Figura 63 e 64 – Foto de um ateliê de gravuras e fachada do prédio. Fonte: autora.



Figura 65 e 66 – Fotos da galeria de exposição do Instituto. Fonte: autora.



Somente em 1943, após a conclusão do edifício projetado pelos arquitetos Fernando Corona e Hernany Dias Corrêa, ambos professores vinculados ao Instituto e ao curso de Arquitetura da UFRGS, o Instituto de Artes passou a contar com uma sede própria, localizada na Rua Senhor dos Passos, no centro de Porto Alegre. A inauguração oficial ocorreu em 1º de julho de 1943. O prédio possui oito pavimentos e uma área total construída de aproximadamente 4.610 m². Na época, foi considerado um marco da arquitetura moderna em Porto Alegre, destacando-se como uma das primeiras obras de arquitetura moderna voltadas à educação artística no estado.

Em 1952, uma expansão adicionou um bloco de ateliês, abertos para o sul. Posteriormente, em 1947, Corona elaborou um projeto monumental de expansão que previa a construção de um teatro-auditório para 2 mil pessoas, um museu de belas artes, ligações internas entre os prédios e uma pinacoteca com fachadas modernas voltadas para a Praça Dom Feliciano. Essa proposta, aprovada internamente e divulgada pelo então diretor Tasso Corrêa, não foi executada.

Figura 67 – Imagem do projeto realizado para a idealizada universidade de artes. Fonte: IA UFRGS.



Durante visita técnica orientada pela professora Paula Ramos, da área de História da Arte, foi possível perceber que, embora o Instituto atualmente abrigue os cursos de Artes Visuais, Música e História da Arte, com mais de mil alunos matriculados, o edifício está longe de oferecer uma estrutura adequada às demandas contemporâneas do ensino artístico. A ausência de isolamento acústico, a limitação e precariedade dos espaços especializados, bem como a falta de área física, evidenciam as fragilidades da estrutura, que, apesar disso, permanece como o único espaço disponível para essas atividades.

Segundo a professora Paula Ramos, a estrutura do Instituto de Artes é composta por salas teóricas para música; ateliês de pintura, desenho, escultura e diferentes técnicas de gravura, incluindo uma área separada para gravura em metal por questões de segurança; laboratório de fotografia; salas de ensaio musical sem isolamento acústico; biblioteca; galeria da pinacoteca; e um teatro-auditório que também funciona como sala de aula. Apesar dessa diversidade, a estrutura atual apresenta limitações para o ensino artístico.

Figura 68 – Foto do auditório do Instituto. Fonte: autora.



Para a concepção do projeto da Escola Livre de Artes, considera-se fundamental atender às necessidades apontadas pela professora Paula Ramos, especialista em História da Arte. Segundo ela, uma escola de artes deve contar com salas teóricas e ateliês práticos que abranjam diversas linguagens artísticas, como desenho, pintura, escultura, cerâmica, fotografia, artes digitais e novas tecnologias. A professora destaca a importância de pelo menos três ateliês específicos para gravura – um para gravura em metais, outro para serigrafia e litografia, e um terceiro para xilografia – além da necessidade de uma ou duas galerias amplas para exposição e de um acervo artístico.

Além disso, Paula Ramos ressalta o valor do conceito de ateliê aberto, inspirado na Bauhaus e no arquiteto Walter Gropius, que recomenda ambientes integrados, flexíveis e colaborativos, evitando espaços muito compartimentados para favorecer a interação entre os diferentes setores e práticas artísticas.

Figura 69 – Foto do ateliê de desenho do instituto. Fonte: autora.



Figura 70 – Foto do ateliê de gravuras do instituto. Fonte: autora.



5. LEGISLAÇÃO

5.1. Plano Diretor | Lei complementar nº 741, de 12/04/2019

O plano diretor é um documento usado para o planejamento da utilização do espaço urbano e rural, que visa garantir que os territórios cumpram suas funções sociais e contribuam para o desenvolvimento sustentável. Ele estabelece diretrizes que orientam as ações de agentes públicos e privados, regulando a ocupação do solo, controlando o crescimento das áreas urbanas e promovendo a proteção ambiental. (ver anexo I).

5.2. Código de Obras | Lei complementar nº 66, de 17/01/2001

O Código de Obras é o regulamento que normatiza as construções em Santa Cruz do Sul, assegurando que tenha padrões de segurança, saúde, higiene e conforto. Ele define as diretrizes para a construção, reforma e conservação dos edifícios no município. (ver anexo II).

5.3. NBR 9077 e RT N°11 | Saídas de emergência em edifícios

A NBR e a Resolução Técnica do Corpo de Bombeiros Militar do RS (CBMRS) estabelecem os requisitos mínimos para o dimensionamento das saídas de emergência, incluindo o tipo de escada a ser utilizada, o cálculo da capacidade populacional, as distâncias a serem percorridas e outras normas essenciais para garantir a segurança dos usuários em situa-

ções de emergência (ver anexo III).

5.4. Lei Complementar nº 14.376/2013

Estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco no Estado do Rio Grande do Sul. A legislação visa garantir a integridade física das pessoas e do patrimônio por meio da adoção de medidas técnicas de prevenção e combate a incêndios (ver anexo III).

5.5. Decreto nº 51.803 10/09/2014

Regulamenta a Lei Complementar nº 14.376/2013, dispondo sobre os procedimentos, critérios técnicos e responsabilidades para a implementação das medidas de segurança contra incêndio em edificações e áreas de risco no RS. Inclui tabelas e anexos que definem as exigências conforme o tipo de ocupação e área construída. (ver anexo III).

5.6. Decreto nº 53.280 01/11/2016

Altera e complementa dispositivos da Lei Complementar nº 14.376/2013, que trata das normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco no Estado do Rio Grande do Sul. A nova redação aprimora aspectos técnicos e operacionais, buscando maior efetividade na aplicação da legislação (ver anexo III).

5.7. NBR 9050 | Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos.

O principal objetivo é garantir a acessibilidade universal, promovendo a utilização autônoma, segura e independente de espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos pelo maior número possível de usuários. Essa diretriz abrange pessoas de diferentes faixas etárias, estaturas e com variadas limitações de mobilidade ou percepção. Para isso, a norma estabelece parâmetros técnicos que contribuem para a criação de ambientes inclusivos e acessíveis a todos (ver anexo IV).

5.8. Lei nº 10.741 01/10/2003

O Art. 41, §1º da Lei nº 10.741/2003, conhecida como Estatuto do Idoso, garante o direito à reserva de vagas em estacionamentos públicos e privados para pessoas com 60 anos ou mais, assegurando prioridade e comodidade no uso desses espaços. A reserva deve corresponder a, no mínimo, 5% do total de vagas disponíveis, devidamente sinalizadas conforme a legislação vigente.

5.9. Decreto nº 5.296 02/12/2004

Estabelece diretrizes para garantir a acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, promovendo ambientes seguros e autônomos (ver anexo V).

5.10. Decreto nº 9.404 11/06/2018

O Decreto obriga a reserva de assentos acessíveis para pessoas com deficiência em espaços como teatros, cinemas, estádios e ginásios, garantindo inclusão, conforto e segurança nesses locais (ver anexo VI).

5.11. Estatuto da cidade | Lei nº 10.257, de 10/07/2001

Estabelece regras de interesse público que regulam o uso da propriedade urbana, com o objetivo de promover o bem-estar coletivo, a segurança e a qualidade de vida dos cidadãos, além de garantir o equilíbrio ambiental (ver anexo VII).

6. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

6.1. Diretrizes

O projeto da Escola Livre de Artes parte de um conjunto de intenções que orientam a concepção do espaço e a forma como ele se relaciona com a cidade e com os seus usuários. As diretrizes são apresentadas a seguir:

1. Inserção Urbana e Conectividade

A implantação busca estabelecer uma relação fluida com o tecido urbano, por meio de acessos múltiplos e percursos que convidam a população a circular pelo complexo. A proximidade com o transporte público e a organização das entradas permitem que o espaço seja facilmente acessado, reforçando sua presença como equipamento cultural de referência.

2. Ambiência e Convivência

A proposta valoriza ambientes que estimulam o encontro, o convívio social e a permanência. Áreas abertas e cobertas, praças internas e espaços de transição serão concebidos como extensões do espaço público, criando uma atmosfera receptiva e acolhedora.

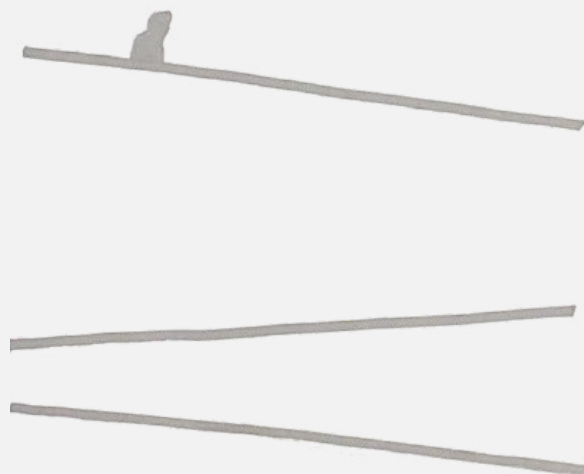
3. Adequação aos Usos

Os ambientes foram dimensionados considerando as particularidades de cada atividade artística, como demandas acústicas, necessidades de iluminação natural e condições específicas de mobiliário e equipa-

mentos. Essa atenção às características e exigências de cada espaço busca garantir qualidade e conforto nas práticas pedagógicas e culturais.

4. Identidade e Representatividade

A composição formal e material do conjunto pretende evidenciar o caráter cultural da instituição, valorizando a conexão entre espaços internos e externos. A proposta procura criar uma identidade arquitetônica que dialogue com a contemporaneidade, sem abrir mão da escala humana.



6.2. Setores e Funcionamento

6.2.1. Setor de Convivência

Integra praças abertas cobertas e áreas verdes, funcionando como espaço de encontro, descanso e socialização para estudantes, professores e visitantes. Este setor busca promover a interação entre os diversos públicos que frequentam a escola, constituindo áreas de permanência e lazer que se conectam com o restante do complexo.

6.2.2. Setor Administração

Abriga espaços como recepção administrativa, secretaria, coordenação, sala de reuniões, segurança, copa, almoxarifado, sala dos professores, enfermagem, área de serviço e sanitários. Esses ambientes foram dimensionados para suportar as necessidades de operação e gestão da escola, garantindo condições adequadas para o trabalho administrativo e pedagógico.

6.2.3. Setor de Ensino

Constitui o núcleo pedagógico do projeto, sendo destinado às atividades de ensino e produção artística. Nesse setor estão dispostos ateliês para diversas técnicas de artes visuais, salas teóricas e práticas para música, dança e teatro, além de laboratório de informática, laboratório de fotografia, banco de materiais e espaços voltados ao ensino de cerâmica, gravura, serigrafia, xilografia e outras expressões artísticas. Os ambientes foram projetados para possibilitar o funcionamento simultâneo de dife-

rentes atividades, respeitando as especificidades de cada linguagem e garantindo condições adequadas para ensino e prática artística.

6.2.4. Setor de Apresentações e Exposições

Reúne ambientes destinados à realização de eventos culturais e artísticos, incluindo auditório com capacidade para 350 pessoas, palco, camarins, áreas técnicas e galeria de arte com espaço expositivo modulável. A localização e os acessos foram planejados para permitir uso independente do restante da escola, possibilitando a realização de eventos, espetáculos ou exposições em horários alternativos ao funcionamento pedagógico, ampliando a atuação cultural do complexo junto à cidade.

6.2.5. Setor Comercial

Contempla café, livraria, loja de instrumentos musicais e loja de materiais artísticos, além de diferentes espaços destinados a atividades comerciais. Estará implantado em posição estratégica, voltado para a via pública, favorecendo a integração entre o complexo e a cidade.

Sua presença contribui para a sustentabilidade econômica do projeto e reforça o conceito de fachada ativa, promovendo o uso contínuo da edificação ao longo do dia, incentivando a permanência de pessoas nos arredores e estimulando o contato entre a produção artística e o cotidiano urbano.

6.2.5. Setor Operacional

Reúne as áreas técnicas indispensáveis ao funcionamento do edifício, incluindo espaços destinados a equipamentos como gerador, transformador, chiller, reservatórios, cisterna e central de gás. Foi implantado em local de fácil acesso para manutenção, mas distante das principais áreas de circulação de público, evitando interferências no uso cotidiano dos espaços culturais e pedagógicos.

6.2.6. Setor de Estacionamento

Está dimensionado para atender às necessidades dos diversos setores, com área adequada para veículos de usuários, público externo e funcionários. Sua implantação foi organizada de forma a não prejudicar as áreas destinadas exclusivamente a pedestres, garantindo funcionalidade e segurança nos fluxos.

6.3. Programa de necessidades

ACESSO		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Hall externo	Ambiente externo coberto	-
Hall interno	Ambiente para aglomeração de pessoas	150
Recepção	Vinculado ao setor administrativo	-
Sanitários	1 conjunto de bacia e lavatório para cada sexo e PCD	10
Total setor:		160
ADMINISTRAÇÃO		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Recepção	Balcão de atendimento espera	20
Secretaria	Estações de trabalho para 2 pessoas, armários	15
Coordenação	Estações de trabalho para 2 pessoas, armários	30
Sala de reuniões	Mesa de reuniões para 8 pessoas, TV	15
Sala de segurança	Estação de trabalho e equipamentos	10
Copa	Bancada com cuba, micro-ondas, purificador de água e cafeteira, geladeira, mesa e cadeiras para refeições	10
Almoxarifado	Material de reposição para as aulas	20
Sala dos professores	Mesa e cadeiras, armários, espaço de descanso	30
Sala de enfermagem	Sala com mesa de atendimento, lavatório, maca	20
Área de serviço	DML Depósito de lixo	10
Sanitários	1 conjunto de bacia e lavatório para cada sexo e PCD	10
Total setor:		190

ENSINO		
ARTES VISUAIS		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Foyer	salão de encontro e acolhimento	60
Ateliê de pintura	Mesas, cavaletes, telas, armários, bancada com pia	80
Ateliê de desenho	Mesas, cavaletes, armários	80
Ateliê Gravura em metais	Mesas, bancadas, equipamentos e ferramentas. Espaço de armazenamento dos ácidos	80
Serigrafia / Litografia	Mesas, bancadas, equipamentos e ferramentas	80
Ateliê xilografia	Mesas, bancadas, equipamentos e ferramentas	80
Laboratório de informática (artes digitais / novas tecnologias)	Mesas com computadores	60
2 salas teóricas	Mesas, cadeiras, quadro, projetor	60
Ateliê cerâmica	Mesas, prateleiras, armário, forno, bancada com pias	80
Banco de materiais	Bancadas e prateleiras para armazenamento de material artístico	25
Lab. Fotografia	Tripés, armário, câmeras, tela chroma key, softbox	80
Total:		845
MÚSICA		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Sala prática conjunta	Cadeiras, armários, quadro equipamentos	100
Sala prática conjunta	Cadeiras, armários, quadro, equipamentos	60
3 salas prática individual	Cadeiras, armários, quadro, equipamentos	15
Sala teórica	Mesas, cadeiras, quadro, projetor	60
Depósito instrumentos	armários, bancadas e prateleiras para guarda dos instrumentos	30
Total:		295

DANÇA		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
2 salas prática de dança	Espelho, barras, materiais de apoio	100
Sala teórica	Mesas, cadeiras, quadro, projetor	60
Total:		260
TEATRO		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Sala teórica	Mesas, cadeiras, quadro, projetor	60
Ateliê livre	Espaço amplo com tablado elevado, armário para figurinos, cadeiras	60
Ateliê personagem	Espaço amplo para prática de niação teatral, com foco na preparação corporal e vocal	60
Caixa preta	Espaço para prática teatral Arquibancadas, equipamentos de luz e som, armários com figurinos	200
Total:		380
HISTÓRIA DA ARTE		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
sala teórica	Mesas, cadeiras, quadro, projetor	60
Total:		60
USO COLETIVO		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
sanitários/vestiários	1 conj. feminino com 8 bacias, 4 lavatórios e 3 chuveiros, 1 conj. masculino com 4 bacias, 4 lavatórios, 8 mictórios e 3 chuveiros e 1 conj. PCD	80
Total:		80
BIBLIOTECA		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Recepção	Balcão de atendimento	15

Empréstimos e devoluções	Balcão de atendimento	10
Terminais de consulta	Computadores para consulta de acervo	10
Saguão de leitura coletiva	Mesas coletivas e cadeiras estares para leitura	80
Salas de leitura individuais	5 salas com mesas e cadeiras	5
Acervo geral	Estantes para livros e periódicos	150
Acervo infantil	Estantes para livros e periódicos	50
Midiateca	Acervo multimídia	30
Administração	Espaço de trabalho com computadores	20
Catalogação	Espaço de trabalho com computador, estante	10
Manutenção de livros	Espaço de trabalho, estantes	10
Reserva técnica	Estantes de livros	15
Sanitários	1 conjunto de bacia e lavatório para cada sexo e PCD	20
Total:		425
Total Setor:		2345

APRESENTAÇÕES

AUDITÓRIO 350 pessoas

Ambiente	Descrição	Área (m²)
Hall externo	Ambiente de chegada de pessoas	15
Hall interno	Ambiente de chegada de pessoas	50
Bilheteria	Guichês para venda de ingressos	10
Guarda volumes	Espaço para guarda de itens pessoais	10
Áudio e vídeo	Área técnica estação de trabalho para controle de luz e som equipamentos	10
Camarins	Acomodação dos artistas/palestrantes	20
Palco	Espaço para apresentações, palestras, solenidades	70
Plateia	Poltronas e circulações	350

Sanitários	1 conj. com 2 bacias e 2 lavatórios feminino, 1 conj. com 2 bacias, 2 lavatórios e 3 mictórios masculino e 1 conj. PCD	20
Total:		565
EXPOSIÇÕES		
GALERIA DE ARTE		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Doca	Chegada de obras	10
Hall externo	Ambiente de chegada de pessoas	15
Hall interno	Ambiente de chegada de pessoas	50
Acervo	Espaço para armazenagem de obras	50
Área de exposição	Espaço amplo com divisórias removíveis	400
Apoio / copa	Bancada de apoio, geladeira	15
Sanitários	Conjunto de bacia e lavatório para cada sexo e PCD	20
Total:		560
Total setor:		1125
CONVIVÊNCIA		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Áreas verdes de lazer	Estares, áreas com vegetação e arborização	
Praças abertas cobertas	Espaços de convivência	
Sanitários	1 conj. feminino com 8 bacias, 4 lavatórios, e 1 conj. masculino com 4 bacias, 4 lavatórios, 8 mictórios e 1 conj. PCD	60
Área de serviço	Área de apoio destinada à equipe de limpeza	150
Total setor:		210
COMÉRCIO		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Café	Alimentos pré prontos área de apoio salão de atendimento	150
Pequenos comércios	Pequenas lojas área administrativa apoio	800

Livraria	Prateleiras com livros, mesas e estofados	60
Loja de material artístico	Prateleiras com materiais artísticos	60
Loja de instrumentos musicais	Prateleiras e expositores de instrumentos	60
Total setor:		1130

OPERACIONAL		
Ambiente	Descrição	Área (m²)
Reservatórios inferior e superior	Inferior (60%) e superior (40%) + reserva técnica de incêndio	30
Gerador	Espaço para equipamento ventilado	15
Transformador	Transformador de energia	10
Chiller	Espaço para equipamento com ventilação superior	30
Central de gás	Ventilada e fora da projeção da edificação	15
Cisterna	Reservatório para armazenamento água da chuva	10
Total setor:		110

ESTACIONAMENTO				
Setor	Categoria	Descrição	Área (m²)	Vagas
Auditório	Reunião de público	1 vaga p/ cada 25m² de área computável	500	20
Administrativo	Comércio e serviços	Isento até 250m² de área computável. Acima de 250m² de área total computável, 1 vaga p/ cada 75m² de área computável	4.730	64
Comércio	Comércio e serviços			
Exposição	Serviços educacionais			
Ensino	Serviços educacionais			
Total setor:			1050	84

TOTAL SETORES		
Setor	Área (m²)	Área + 20% circulações (m²)
Acesso	160	192
Administração	190	228
Ensino	2345	2814
Apresentações / Exposições	1125	1350
Convivência	210	252
Comércio	1130	1356
Operacional	110	132
Total:		6324
Estacionamento	1050	1250
Total com estacionamento:		7494

Tabela 03 – Programa de necessidades. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4. Organograma Síntese

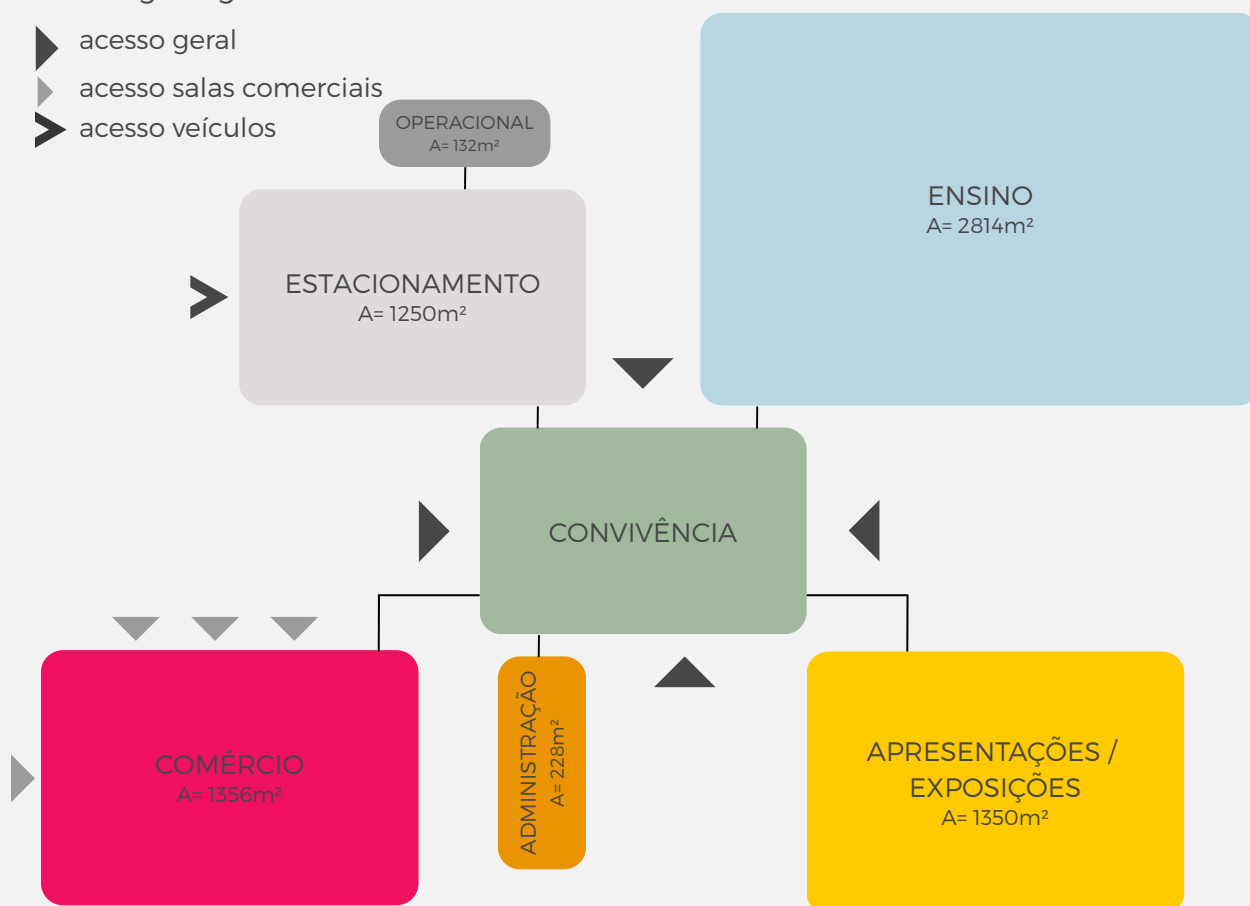


Tabela 04 – Organograma Síntese. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.1. Organograma Setor de administração

Área total: 228 m²

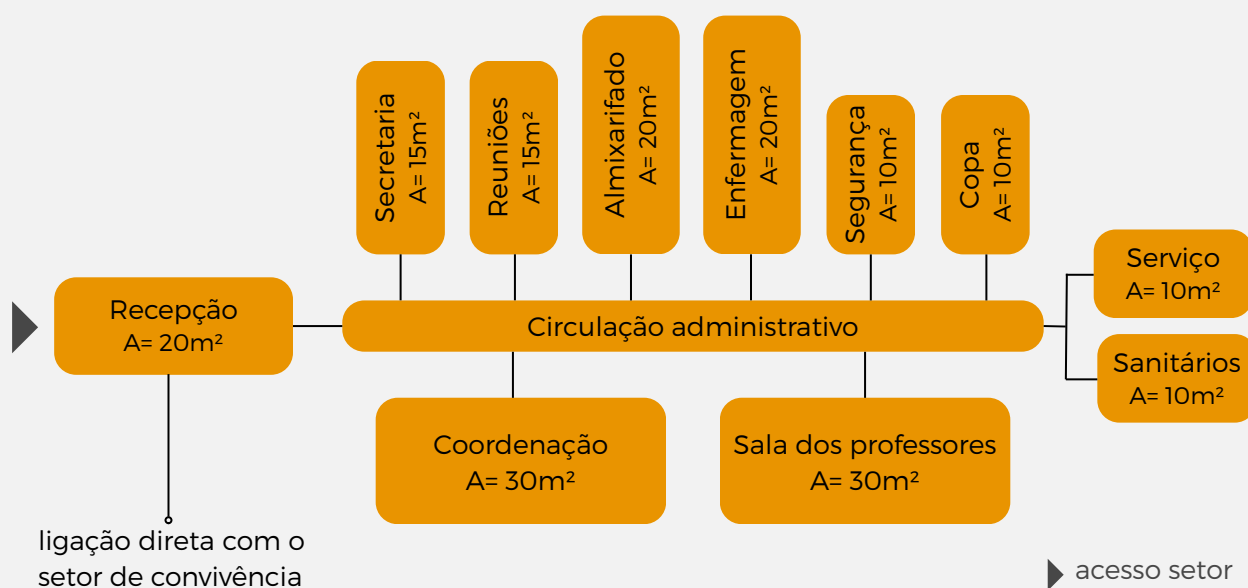


Tabela 05 – Organograma setor de administração. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.2. Organograma Setor de Ensino | Artes Visuais

Área total: 845 m²

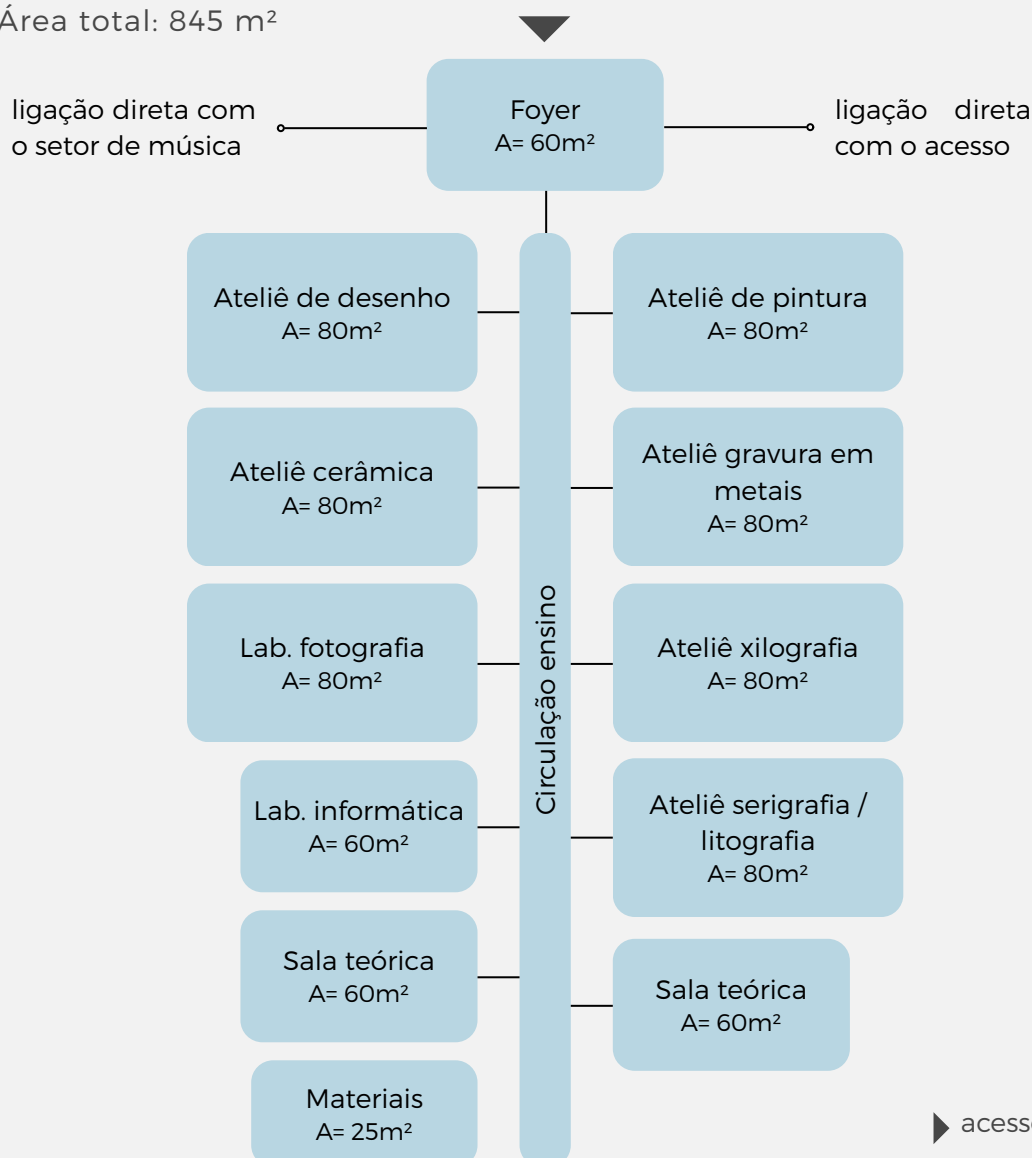


Tabela 06 – Organograma setor de ensino | Artes Visuais . Fonte: Elaborado pela autora. 65

6.4.3. Organograma Setor de Ensino | Música

Área total: 295 m²

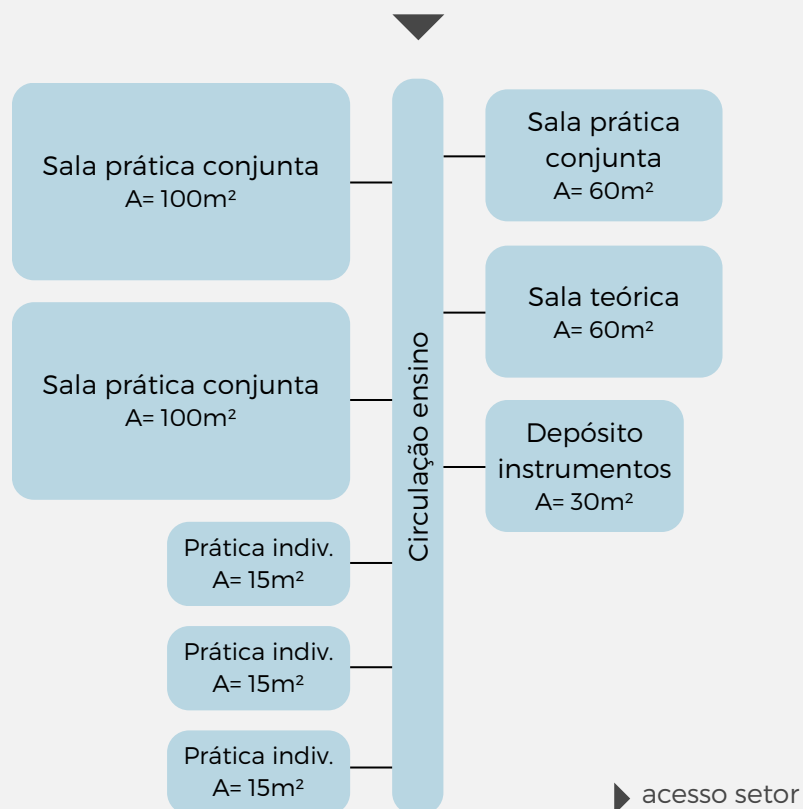


Tabela 07 – Organograma setor de ensino | Música. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.4. Organograma Setor de Ensino | Dança

Área total: 260 m²

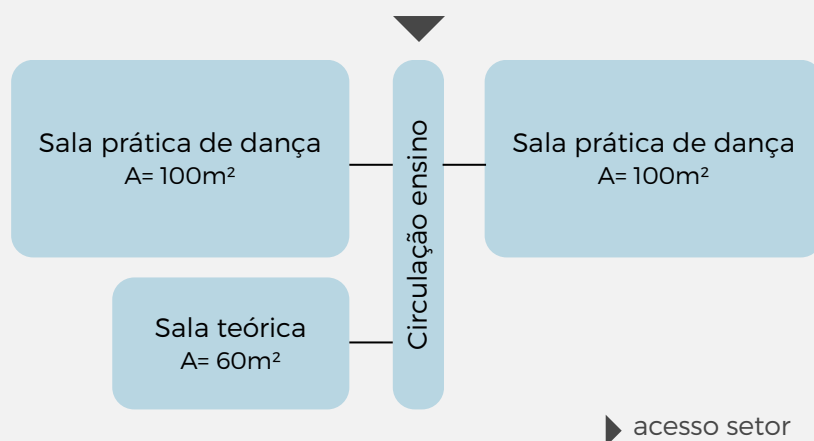


Tabela 08 – Organograma setor de ensino | Dança . Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.5. Organograma Setor de Ensino | Teatro, História da arte e uso coletivo
Área total: 520 m²

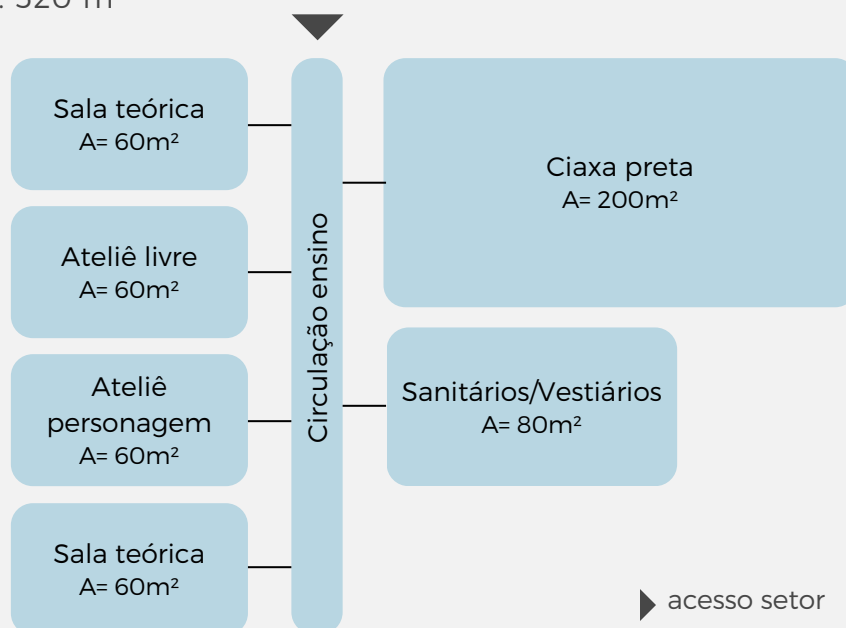


Tabela 09 – Organograma setor de ensino | Teatro. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.6. Organograma Setor de Ensino | Biblioteca
Área total: 435 m²

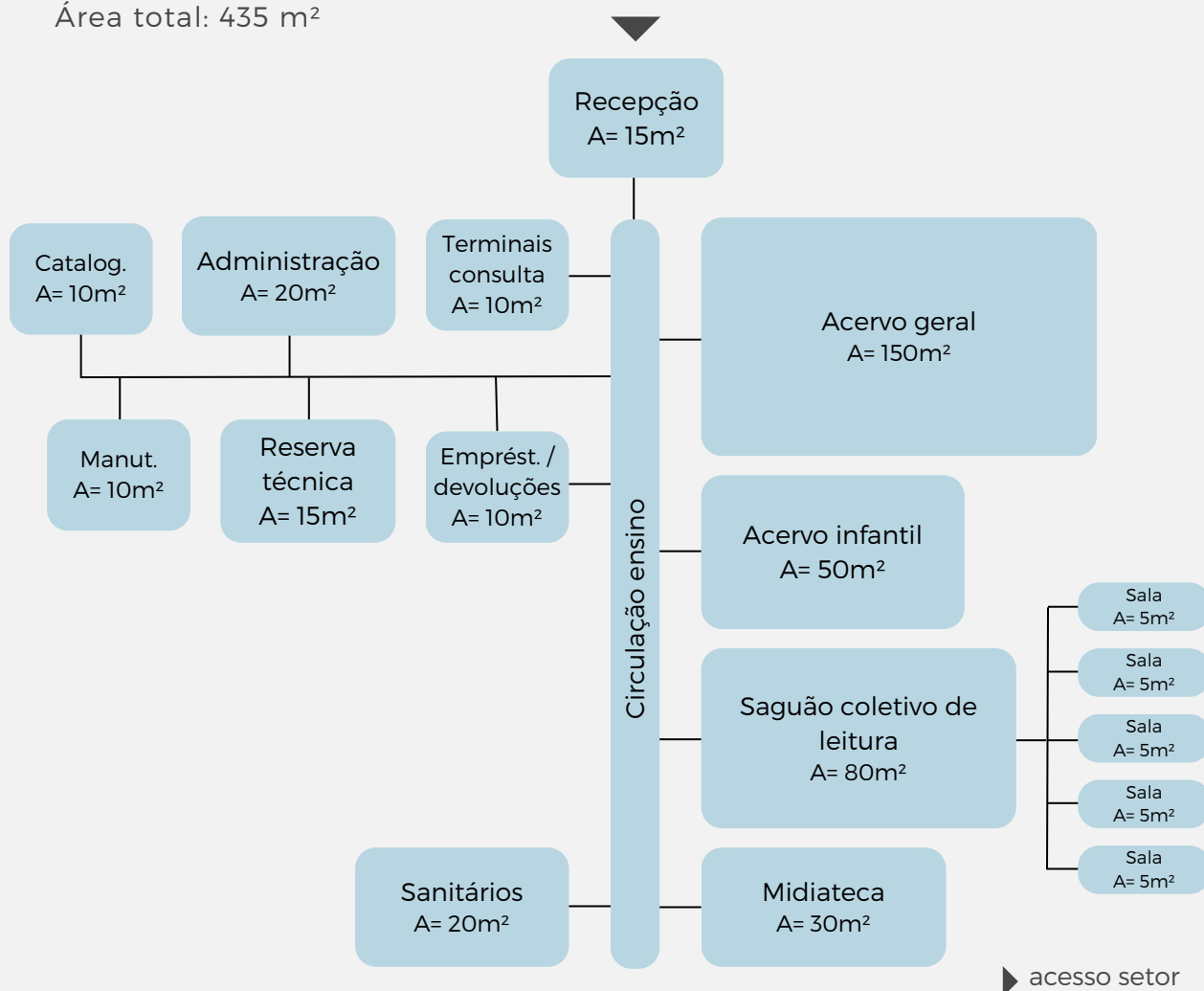


Tabela 10 – Organograma setor de ensino | Biblioteca. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.7. Organograma Setor de Apresentações e Exposições | Auditório

Área total: 565 m²

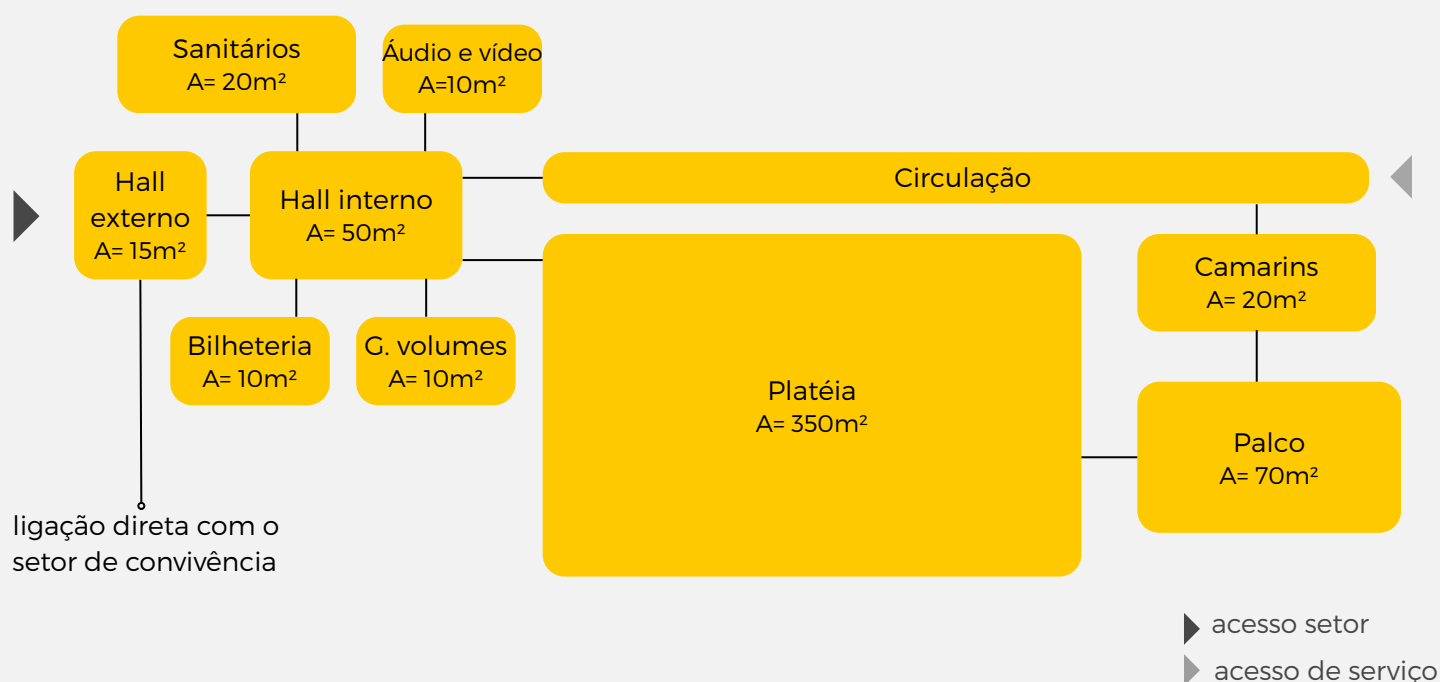


Tabela 11 – Organograma setor de apresentações e exposições | Auditório. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.8. Organograma Setor de Apresentações e Exposições | Galeria de Arte

Área total: 560 m²

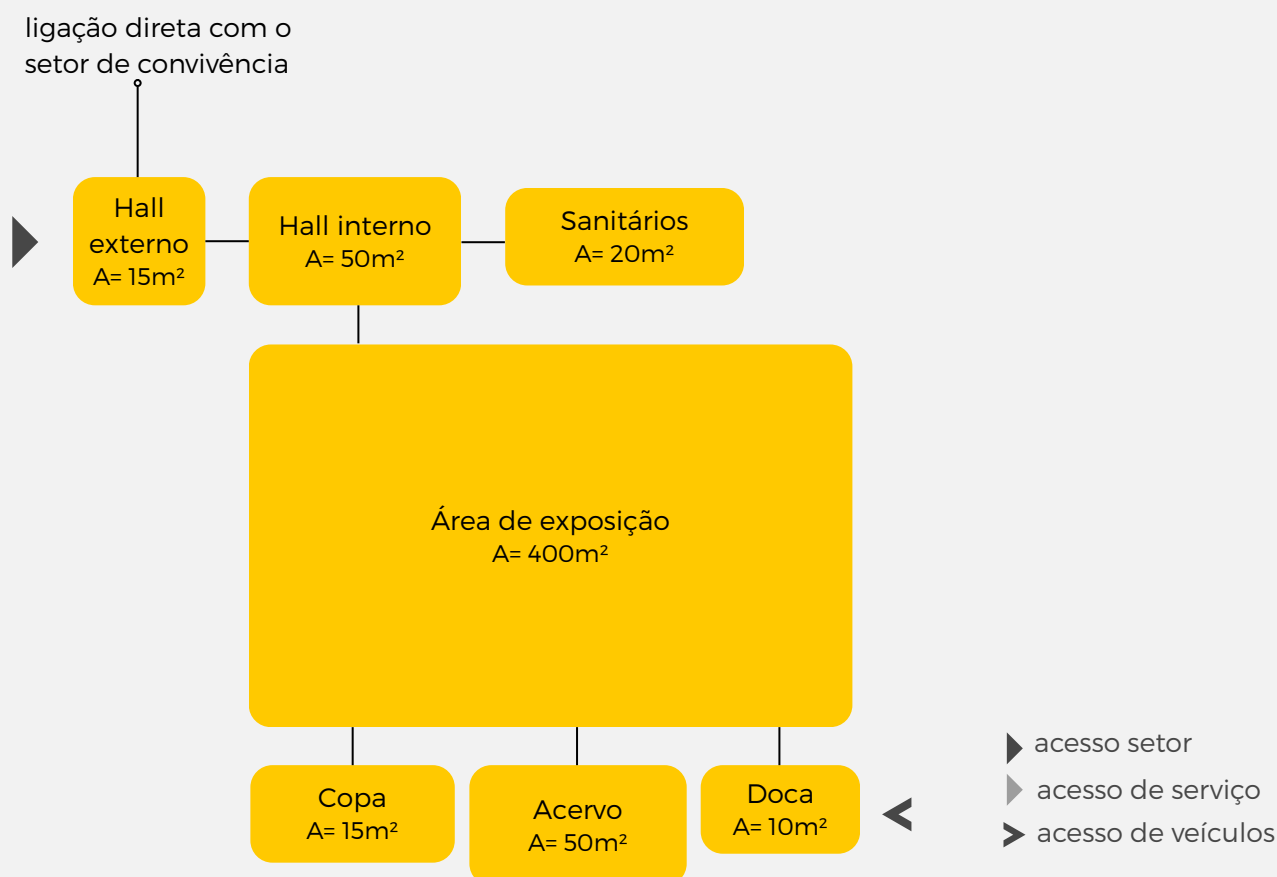


Tabela 12 – Organograma setor de apresentações e exposições | Galeria. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.9. Organograma Setor de Convivência

Área total: 252 m²

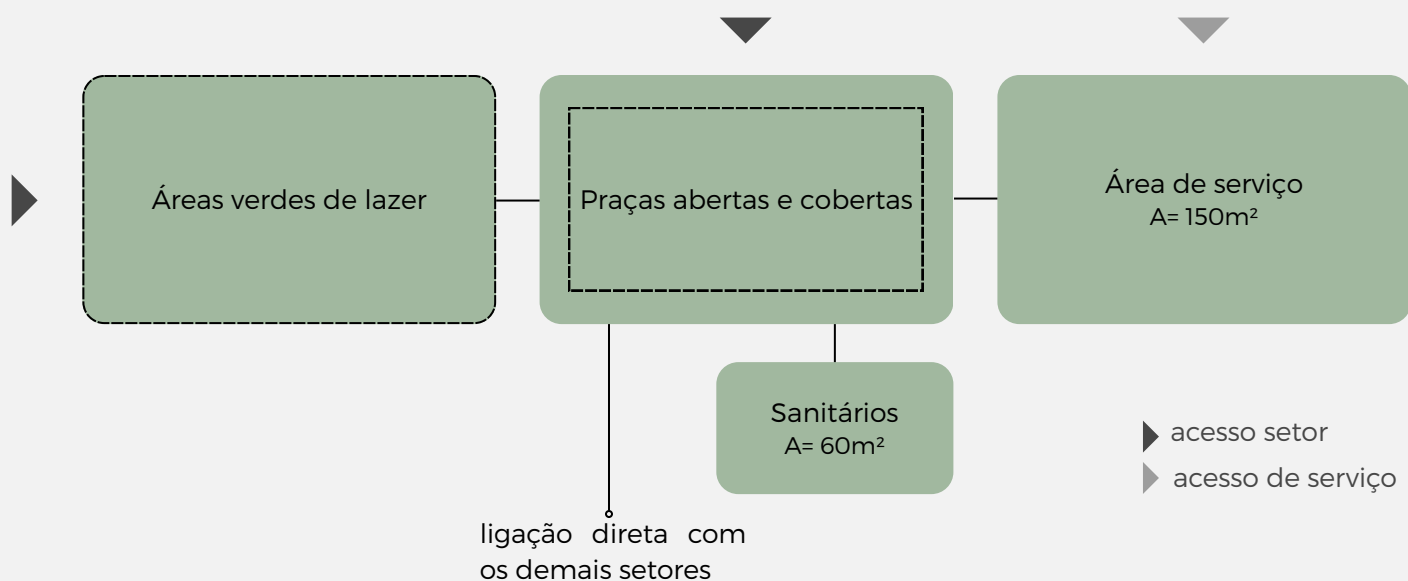


Tabela 13 – Organograma setor de convivência. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.10. Organograma Setor de Comércio

Área total: 756 m²

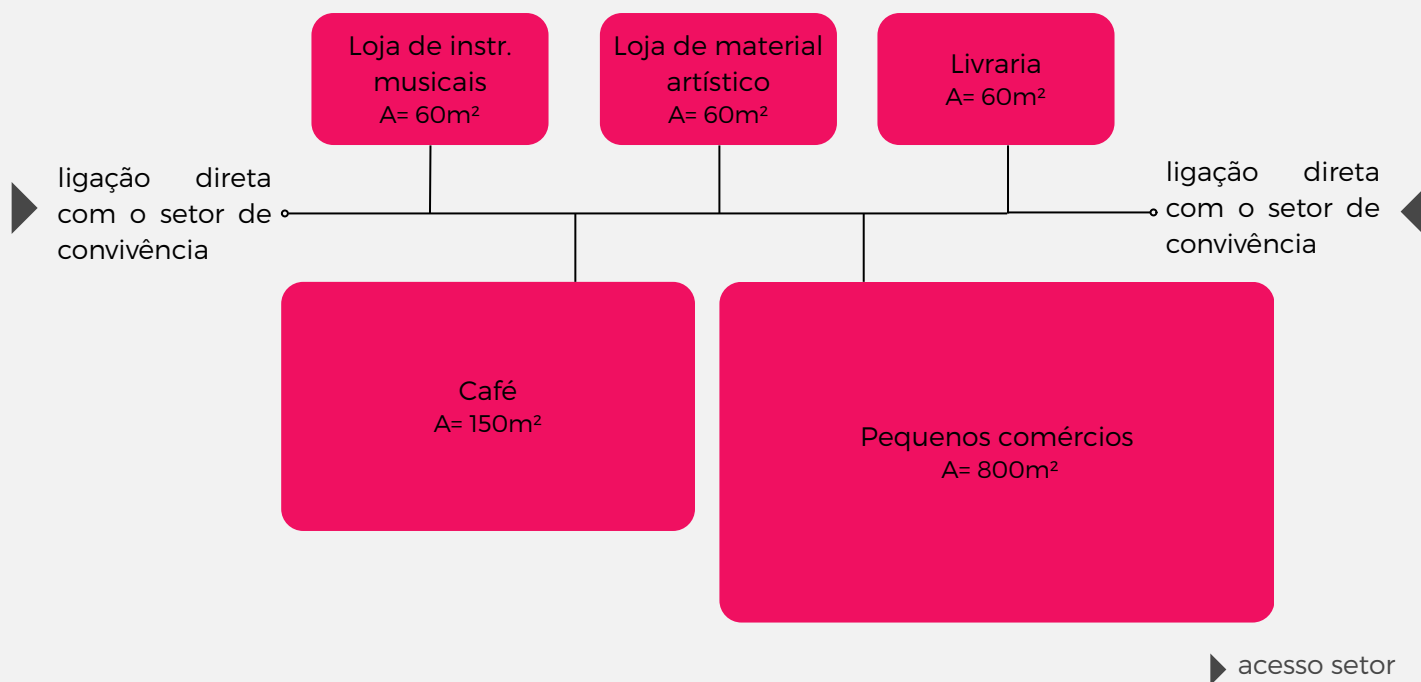


Tabela 14 – Organograma setor de comércio. Fonte: Elaborado pela autora.

6.4.10. Organograma Setor de Estacionamento e Operacional

Área total: 242 m²

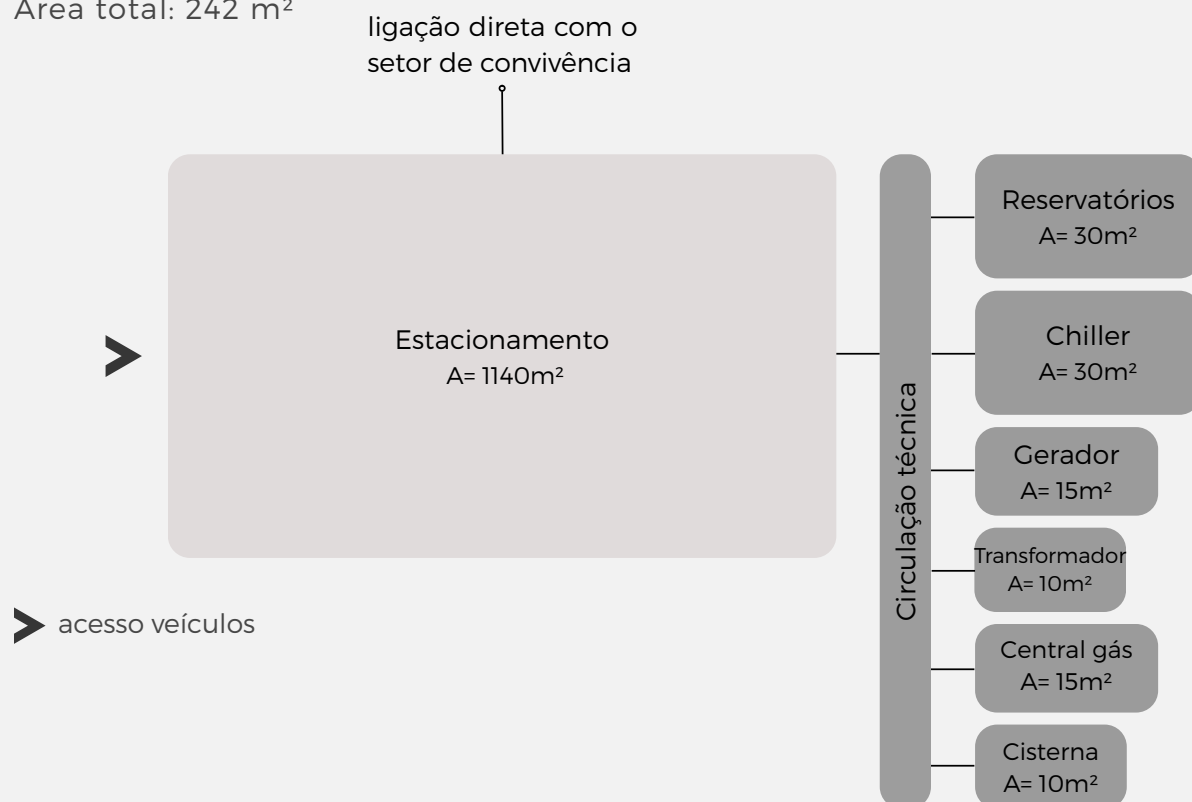


Tabela 15 – Organograma estacionamento e operacional. Fonte: Elaborado pela autora.

6.5. Fluxograma

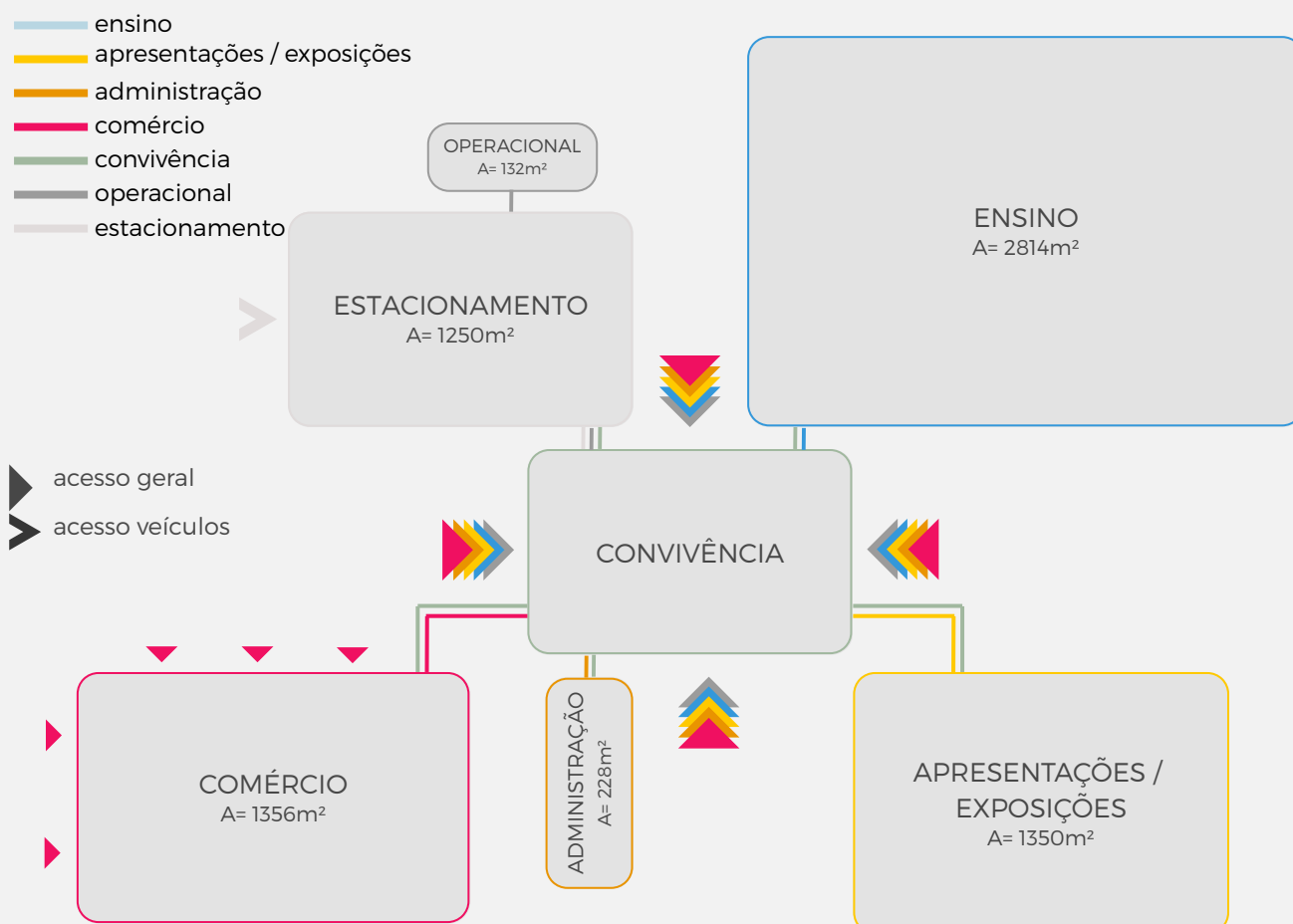


Tabela 16 – Fluxograma. Fonte: Elaborado pela autora.

7. LANÇAMENTO ARQUITETÔNICO PRELIMINAR

7.1. Conceito da proposta

A proposta arquitetônica para a Escola Livre de Artes busca integrar a edificação ao tecido urbano de Santa Cruz do Sul, aproveitando a configuração topográfica do terreno e a orientação de seus eixos estruturantes. O projeto distribui os setores em volumes que acompanham a angulação do local, criando grandes áreas de convivência e consolidando o espaço como uma praça aberta para a cidade.

O partido busca dinamismo e permeabilidade, transformando o terreno em um lugar de encontro, circulação e permanência. Os volumes se implantam de maneira a reforçar a vocação cultural da região, estabelecendo relações visuais e funcionais com o entorno e conectando o edifício a pontos urbanos relevantes, como o Parque da Oktoberfest.

7.2. Diretrizes

7.2.1. Eixos Organizadores

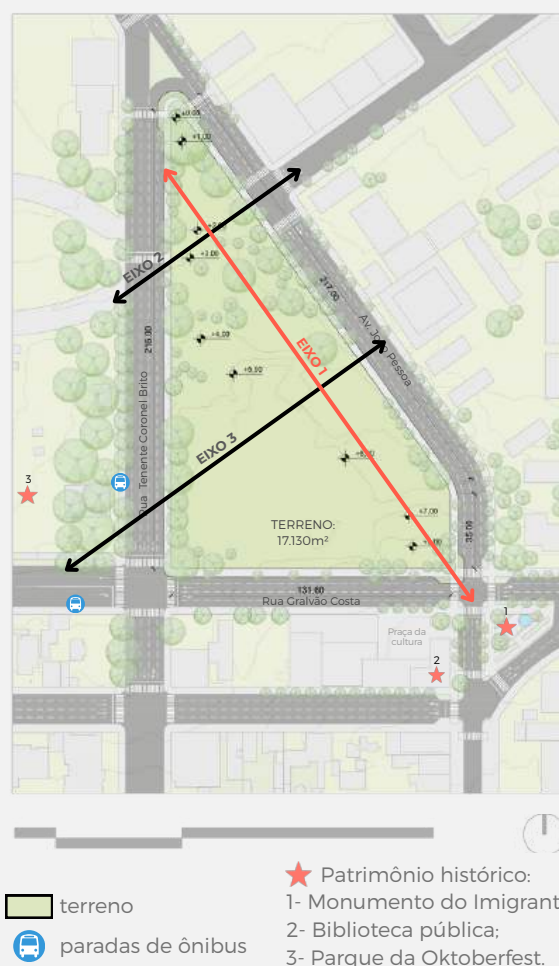
A proposta organiza-se a partir de três eixos principais que definem tanto o alinhamento volumétrico quanto as relações urbanas do projeto:

- Eixo 1: estabelece uma conexão visual entre o monumento do imigrante e toda a extensão do terreno, alinhando-se com a Av. João Pessoa. Esse eixo cria um percurso visual marcante, que ori-

enta o visitante ao longo do complexo.

- Eixo 2: conecta o terreno aos portões de acesso do Parque da Oktoberfest, criando uma continuidade com a malha urbana e favorecendo o fluxo entre espaços de interesse cultural. O objetivo é melhorar a integração entre áreas que são pontos de grande circulação de pessoas, consolidando a proposta como elemento integrador na cidade.
- Eixo 3: define um acesso direto ao complexo. Esse eixo reforça a intenção de criar conexões fluidas entre a escola e o entorno imediato, além de favorecer o fluxo de pedestres e a legibilidade dos percursos.

Figura 71 – Diagrama de eixos organizadores. Fonte: autora.



7.2.2. Zoneamento

O programa funcional está distribuído em três volumes principais, que organizam os setores de ensino, apresentações e exposições, administração e apoio, comércio, áreas de convivência e estacionamento. Essa configuração respeita as características topográficas do terreno, utilizando desníveis para acomodar setores que necessitam de maior reserva visual ou acústica, como o auditório e as áreas técnicas e operacionais.

A implantação busca promover a integração dos diversos setores, mas assegura a independência de uso de ambientes como o auditório, a galeria de arte e os espaços comerciais, permitindo seu funcionamento mesmo fora do horário escolar. Os eixos compositivos estabelecidos direcionam as circulações internas e criam visuais que conectam o interior do projeto ao tecido urbano circundante.

7.2.3. Acessos

O projeto estabelece acessos que potencializam a integração com o entorno urbano e garantem a funcionalidade dos fluxos internos e externos.

O acesso principal ao complexo pode ocorrer tanto pela Rua Tenente Coronel Brito, destacando-se pela configuração convidativa da edificação, quanto pela esquina da Rua Galvão Costa, ponto estratégico

por sua relação com eixos urbanos de grande importância e circulação em Santa Cruz do Sul.

O acesso de veículos, por sua vez, foi direcionado para a Avenida João Pessoa, de forma a manter a fluidez do trânsito e evitar conflitos com os percursos de pedestres, garantindo segurança e funcionalidade ao conjunto.

Figura 72 – Lançamento preliminar nível térreo. Fonte: autora.

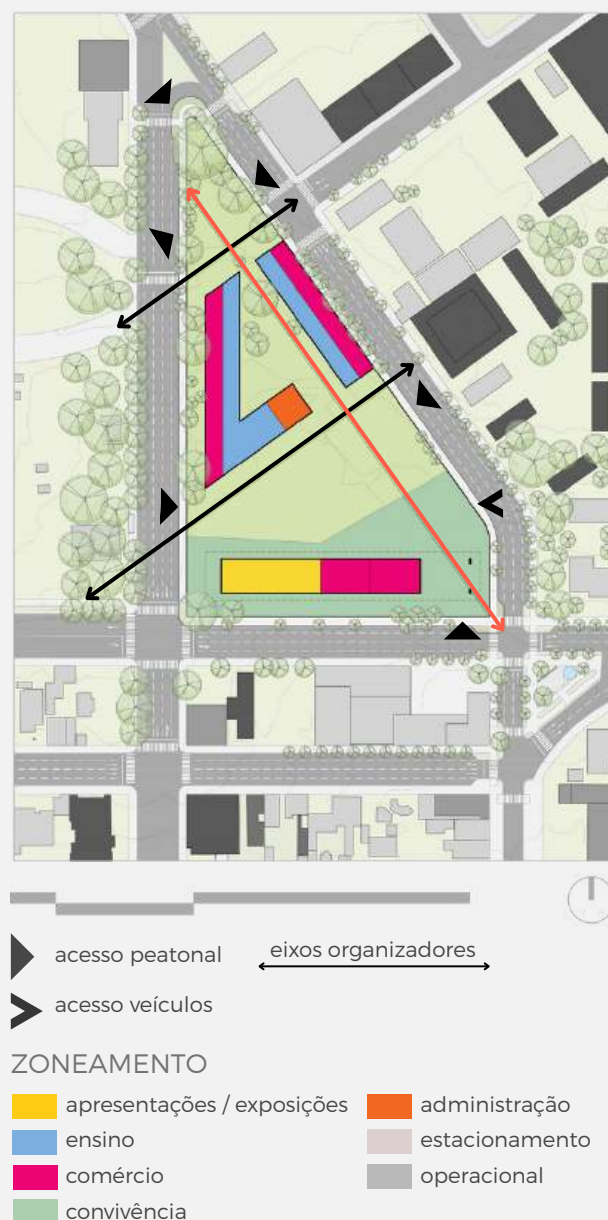


Figura 73 – Lançamento preliminar nível superior. Fonte: autora.



Figura 74 – Lançamento preliminar nível inferior. Fonte: autora.



Figura 75 – Lançamento preliminar da composição volumétrica. Fonte: autora.



Figura 76 – Lançamento preliminar da composição volumétrica. Fonte: autora.

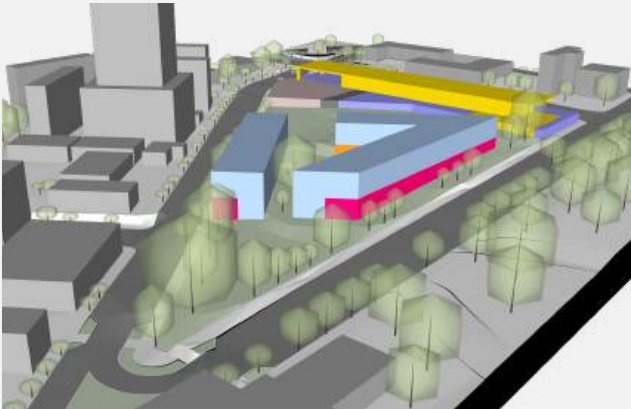


Figura 77 – Lançamento preliminar da composição volumétrica. Fonte: autora.



Figura 78 – Lançamento preliminar da composição volumétrica. Fonte: autora.



8. REFERÊNCIAS

ARCHDAILY. Mengzi NSAU: Livraria da Librairie Avant-Garde / ZAO/standardarchitecture. ArchDaily Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1005514/mengzi-nsau-livraria-da-librairie-avant-garde-zao-standardarchitecture>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9077: saídas de emergência em edifícios. Rio de Janeiro: ABNT, 2001.

BALONAS, Luís; MENANO, Pedro. Requalificação da Praça de Lisboa (Praça dos Clérigos), Porto, Portugal. Projeto arquitetônico entregue em 2013. Disponível em: <https://architizer.com/projects/praca-de-lisboa/>. Acesso em: 25 jun. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048/2000 e nº 10.098/2000, que tratam da acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 5, 03 dez. 2004.

BRASIL. Decreto nº 9.404, de 11 de junho de 2018. Regulamenta a Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 3, 12 jun. 2018.

BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Estatuto da Cidade: regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal e estabelece diretrizes gerais da política urbana. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 11 jul. 2001.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 03 out. 2003.

CANCLINI, Néstor García. Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade. 3. ed. São Paulo: Editora da UFRJ, 2015.

CONGRESS FOR THE NEW URBANISM (CNU). Homepage institucional. Disponível em: <https://www.cnu.org>. Acesso em: 22 jun. 2025.

CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Instrução Técnica RT N° 11 – Saídas de emergência. Porto Alegre: CBMRS, 2016.

DAIPU ARCHITECTS. Museu Tree Art. 2009. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/929057/museu-tree-art-daipu-architects>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DIAMOND SCHMITT ARCHITECTS. Buddy Holly Hall of Performing Arts and Sciences. 2021. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/959795/centro-de-artes-cenicas-e-ciencias-buddy-holly-diamond-schmitt-architects>. Acesso em: 22 jun. 2025.

DUANY, Andrés; PLATER-ZYBERK, Elizabeth; SPECK, Jeff. Suburban nation: the rise of sprawl and the decline of the American dream. San Francisco: North Point Press, 2000.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.
GANG, Jeanne. Faculdade de Artes da Califórnia. Studio Gang, 2024. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1023670/faculdade-de-artes-da-california-studio-gang>. Acesso em: 22 jun. 2025.

GEHL, Jan. Cidades para pessoas. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HERTZBERGER, Herman. Lições de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

LIVING ARCHITECTURE MONITOR. A historic square revitalized with an olive grove green roof in Porto, Portugal. 2021. Disponível em: <https://livingarchitecturemonitor.com/articles/a-historic-square-revitalized-with-an-olive-grove-green-roof-in-porto-portugal-su21>. Acesso em: 25 jun. 2025.

MACHADO AND SILVETTI ASSOCIATES. Centro de Teatro e Artes Kennedy. 2014. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/932265/centro-de-teatro-e-artes-kennedy-machado-and-silveti-associates>. Acesso em: 22 jun. 2025.

PROTOSCAPE. Biblioteca Horizon. 2023. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/1016038/biblioteca-horizon-protoscapes>. Acesso em: 22 jun. 2025.

READ, Herbert. A educação pela arte. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 51.803, de 10 de setembro de 2014. Regulamenta a Lei Complementar nº 14.376/2013, sobre segurança contra incêndio. Porto Alegre, RS, 2014.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 53.280, de 1º de novembro de 2016. Altera dispositivos do Decreto nº 51.803/2014. Porto Alegre, RS, 2016.

RIO GRANDE DO SUL. Lei complementar nº 14.376, de 26 de dezembro de 2013. Estabelece normas sobre segurança, prevenção e proteção contra incêndio em edificações e áreas de risco. Porto Alegre, RS, 2013.

SANTA CRUZ DO SUL. Lei complementar nº 66, de 17 de janeiro de 2001. Institui o Código de Obras do Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, 2001

SANTA CRUZ DO SUL. Lei complementar nº 741, de 12 de abril de 2019. Institui o Plano Diretor do Município de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, 2019.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SEMESP – Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior. Mapa do ensino superior no Brasil 2024. São Paulo: Instituto Semesp, 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/publicacoes/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2024/>. Acesso em: 03 jun. 2025.

TONGYUAN LIGHTING. Portfólio de projetos luminotécnicos. Disponível em: <https://www.tongyuanlighting.com>. Acesso em: 22 jun. 2025.

VYGOTSKY, Lev S. A imaginação e a arte na infância. 2. ed. São Paulo: Ática, 2001.
ZAO/STANDARDARCHITECTURE. Projetos. Disponível em: <http://www.standardarchitecture.cn>. Acesso em: 22 jun. 2025.

ANEXOS

ANEXO I - Plano Diretor | Lei complementar nº 741, de 12/04/2019

Capítulo XII - SEÇÃO II (DOS ESTACIONAMENTOS E MANOBRAS DE VEÍCULOS)

Art. 131- Os locais destinados a vagas de estacionamento em áreas privadas para carros deverão ter dimensionamento mínimo de 2,40m de largura e 4,80m de comprimento mínimo.

Art. 132. Os locais destinados a vagas de serviço com o objetivo de abrigar temporariamente caminhões de médio porte, para carga de descarga, deverão ter dimensionamento mínimo de 3,50 m (três metros e cinquenta centímetros) de largura e 10,00 m (dez metros) comprimento mínimo.

Art. 134. Quando houver rebaixamento de meio-fio num mesmo lote, localizado na ZC1, a distância entre um e outro deverá ser de, no mínimo 6,00m.

Categorias	Subdivisão	Nº mín de vagas de estacionamento
Comércio e serviços; serviços educacionais, esporte e lazer	CS; E	isento até 250m ² de área computável; Superior a 250m ² de área total computável, 1 vaga para cada 75m ² de área computável e fração
Reunião de público	RP	1 vaga para cada 25m ² de área computável e fração

Tabela 17 - Vagas mínimas de garagem
Fonte: Plano Diretor de SCS | Adaptado pela autora.

ANEXO II- Código de obra | Lei complementar nº 66, de 17/01/2001

TÍTULO III - CAPÍTULO III (DAS CALÇADAS)

Art 58. Não será admitido o rebaixamento de meio-fio em extensão superior a metade da testada do terreno [...]

§ 1º. O rebaixamento de meio-fio não poderá ter extensão contínua superior a 7,50m [...]

§ 2º. O rebaixamento de meio-fio deverá ter afastamento de, no mínimo, 4m a contar da esquina do terreno.

§ 3º. Quando houver mais de um rebaixamento de meio-fio num mesmo lote, a distância entre um e outro deverá ser de, no mínimo, 5m.

CAPÍTULO XI - SEÇÃO I (DAS ESCADAS)

ART 81. As escadas deverão ter, no mínimo, a mesma largura exigida aos corredores que lhe dão acesso e não poderão ter largura inferior a 90cm livre.

Art. 85. Sempre que a altura a vencer for superior a 3m, será obrigatório intercalar um patamar com extensão mínima de 80cm.

SEÇÃO II (DAS RAMPAS)

Art. 87. As rampas destinadas ao uso de pedestres terão:

I - passagem livre com altura mínima de 2,10m

II - largura mínima de:

c) 1,50m para uso comum em prédios comerciais e de serviços.

VI - rampa para deficientes físicos com declividade máxima de 5% quando constituir um único elemento de acesso; e 10% quando acompanhada de escada.

Art. 88. As rampas destinadas a veículos terão:

I - passagem livre com altura mínima de 2,20m;

II - declividade máxima de 20%;

III - largura mínima de:

a) - 3m quando destinadas a um único sentido de trânsito;

b) - 5m quando destinadas a dois sentidos de trânsito.

SEÇÃO III (DOS CORREDORES)

Art. 89. Os corredores obedecerão as seguintes larguras mínimas:

b) 1,50m; para edifícios comerciais, de serviços, educacionais, sociais, culturais [...]

Parágrafo único - A distância mínima para construção de parede ou qualquer elemento estrutural, em frente as portas dos elevadores (medida perpendicularmente a face das mesmas) deverá ser de 1,50m para prédios descritos no item a deste artigo.

CAPÍTULO XIII (DAS ÁREAS DE ILUMINAÇÃO E DE VENTILAÇÃO)

Art. 93. as áreas de ventilação e de iluminação poderão ser abertas ou fechadas.

§ 1º. As áreas abertas são aquelas cujo perímetro é aberto em um de seus lados para logradouros em, no mínimo, 1,50m.

§ 2º. As áreas fechadas são aquelas limitadas em todo o seu perímetro por paredes ou linha de divisa do lote ou, com abertura inferior a 1,50m para o logradouro.

§ 2º. As áreas fechadas são aquelas limitadas em todo o seu perímetro por paredes ou linha de divisa do lote ou, com abertura inferior a 1,50m para o logradouro.

Art. 94. As áreas de ventilação e iluminação deverão ser dimensionadas obedecendo o quadro a seguir:

Tabela 18 – Áreas de ventilação e iluminação | Fonte: Códigos de Obras SCS
| Adaptado pela autora.

compartimento	área aberta	área fechada
permanência prolongada	$D=H/6$	$D=H/4$
permanência transitória	$D=H/7$	$D=H/5$

D= Diâmetro do círculo que deverá ter condição de inscrição em planta em toda extensão da área.

H= Distância entre piso do primeiro pavimento servido pela área de ventilação e o forro do ultimo pavimento.

Art. 95. As áreas através das quais se efetua a iluminação e ventilação dos compartimentos de permanência prolongada deverão:

I - ter área mínima de 9m²;

II - ter dimensão mínima de 2,70m.

Art. 96. As áreas, através das quais se efetua a ventilação e iluminação dos compartimentos de utilização de permanência transitória, deverão:

I - ter área mínima de 4m².

II - ter dimensão mínima de 2m.

CAPÍTULO XIV – SEÇÃO I

§ 2. A ventilação dos sanitários e garagens poderá ser feita através de poços de ventilação que deverão:

I - ter largura mínima de 1m e área mínima de 1m².

§ 3º. Os sanitários poderão ser ventilados através de dutos horizontais ou verticais, com comprimento máximo de 3m e um diâmetro mínimo de 30cm. Quando este comprimento for excedido far-se-á obrigatório o uso de ventilação por processo mecânico, devidamente comprovado através de projeto próprio.

§ 4º. Poderá ser dispensada a colocação de aberturas para o exterior, em cinemas, auditórios [...] desde que:

II - Possuam dispositivos permanentes de renovação de ar, devidamente comprovados através de projeto específico.

Art. 103. Para fins de iluminação e ventilação, a profundidade do compartimento não poderá exceder a 3 vezes a sua largura.

TÍTULO IV- CAPÍTULO II – SEÇÃO II (DOS PRÉDIOS COMERCIAIS)

Art. 113. As edificações destinadas a estabelecimentos comerciais ou de serviços deverão, ainda, ter pé-direito mínimo de:

I - 2,60m (dois metros e sessenta centímetros) quando a área do compartimento não exceder a 30m²;

II - 3m quando a área do compartimento não exceder a 100m²;

III - 3,50 quando a área do compartimento for superior a 100m².

CAPÍTULO IV - SEÇÃO I (DAS GARAGENS PARTICULARES E COLETIVAS)

a) parede de material incombustível;

b) pé-direito mínimo de 2,20m, contados da parte inferior do elemento estrutural mais baixo;

c) vãos de ventilação permanente, com área mínima igual a 1/30 da superfície do piso ou através de poço de ventilação;

§ 2º. O corredor de circulação deverá ter largura mínima de 3m, 3,50m ou 5m quando os locais de estacionamento formarem, em relação aos mesmos, ângulos de até 30°, 45° ou 90°, respectivamente.

CAPÍTULO VII (DAS EDIFICAÇÕES PARA ENSINO E CONGÊNERES)

I - as salas de aula terão área mínima de 15m², calculada a razão de 1,20m² no mínimo, por aluno;

II - sala de administração com área mínima de 9m²;

III - as janelas das salas de aula deverão permitir perfeita iluminação do recinto, mesmo quando fechadas, permitir ventilação em no mínimo, 1/3 de sua superfície e ter uma superfície total equivalente a 1/6 da área do piso da sala;

VI - o pé-direito mínimo das salas de aula será de 3m.

CAPÍTULO IX – SEÇÃO I (CINEMAS, TEATROS, AUDITÓRIOS E CONGÊNERES)

b) ter pé-direito compatível com o uso;

c) ter as galerias, quando existentes, um pé-direito, no ponto mais desfavorável, um mínimo de 2,60m e ocupando, no máximo, 1/4 da área da sala de projeção ou sala dos espectadores;

d) ter vãos que permitam a ventilação permanente através de pelo menos, 1/10 de sua superfície.

e) ter instalações sanitárias para uso de ambos os sexos, devidamente separados, com fácil acesso, obedecendo as seguintes proporções mínimas, para a metade da lotação:

I - homens;

- um vaso sanitário para cada 300 pessoas;

- um lavatório para cada 250 pessoas;

- um mictório para cada 150 pessoas.

II - mulheres;

- um vaso sanitário para cada 250 pessoas;

- um lavatório para cada 250 pessoas;

f) ter acesso para deficientes físicos, dimensionado de acordo com a NB.

ANEXO III: NBR 9077, RT CBMRS nº11, L.C. nº 14.376/2013, L.C. 51.803/2014 e L.C. 53.280/2016 | SAÍDAS DE EMERGÊNCIA EM EDIFÍCIOS

A largura das saídas, isto é, dos acessos, escadas, descargas, é dada pela seguinte fórmula. $N=P/C$.

N= Número de unidades de passagem.

P= População

C= Capacidade de unidades de passagem.

Unidade de passagem (UP) é a largura mínima para a passagem de um fluxo de pessoas, fixada em 0,55m.

A largura mínima das saídas de emergência, em qualquer caso, deverá ser de 1,10m para as ocupações em geral.

Tabela 19 – Características construtivas | Fonte RT nº11 - adaptado pela autora.

CÓDIGO	TIPO	ESPECIFICAÇÃO
Y	Edificações com mediana resistência ao fogo	Todas as edificações não enquadradas em "X" e "Y"

Tabela 20 – Classificação das edificações quanto a ocupação | Fonte NBR 9077 e L.C. 51.803 - adaptado pela autora.

GRUPO	OCUPAÇÃO/USO	DIVISÃO	DESCRIÇÃO	EXEMPLOS
C	Comercial	C-1	Comércio com baixa carga de incêndio	Artigos de metal, louças, artigos hospitalares e outros.
		C-2	Comércio com média e alta carga de incêndio	Lojas de departamentos, magazines, armarinhos, galerias comerciais...
E	Educativa e cultura física	E-2	Escolas especiais	Escolas de artes e artesanato, de línguas, de cultura geral, de cultura estrangeira e assemelhados
		E-3	Espaço para cultura física	Locais de ensino e/ou práticas de artes marciais, ginástica (artística, dança...)
F	Locais de reunião de público	F-1	Local onde há objetos de valor inestimável	Museus, centro de documentos históricos, galerias de arte, bibliotecas e assemelhados.
		F-2	Templos e auditórios	templos e auditórios em geral
		F-5	Locais para produção e apresentação de artes cênicas	Teatros em geral, cinemas, óperas, auditórios em geral e assemelhados.
		F-8	Locais para refeições	restaurantes, lanchonetes, bares, cafés, refeitórios, cantinas e outros
G	Serviços automotivos	G-2	garagens com acesso ao público e sem abastecimento	Garagens coletivas não automáticas em geral, sem abastecimento (exceto para veículos de carga)

Tabela 21 – Distancias máximas a serem percorridas | Fonte RT nº11 - adaptado pela autora

Grupo e divisão de ocupação	Andar	Sem chuveiros automáticos				Com chuveiros automáticos			
		saída única		mais de uma saída		saída única		mais de uma saída	
		S.D.A.I	C.D.A.I	S.D.A.I	C.D.A.I	S.D.A.I	C.D.A.I	S.D.A.I	C.D.A.I
C, E, F-1, F-2, F-8	De saída da edificação (piso de descarga)	45m	55m	55m	65m	60m	70m	80m	95m
	Demais andares	40m	45m	50m	60m	55m	65m	75m	90m
G-2	De saída da edificação (piso de descarga)	50m	60m	60m	70m	80m	95m	120m	140m
	Demais andares	45m	55m	55m	65m	70m	80m	110m	130m
F-5	Qualquer	-	-	30m	35m	-	-	45m	50m
S.D.A.I: Sem detecção automática de incêndio									
C.D.A.I: Com detecção automática de incêndio									

A largura mínima das saídas de emergência, em qualquer caso, deverá ser de 1,10m para as ocupações em geral.

Tabela 22 – Dados para o dimensionamento das saídas de emergência | Fonte RT nº11 - adaptado pela autora

Ocupação		População	Capacidade de unidade de passagem		
Grupo	Divisão		Acessos/ Descargas	Escadas/Rampas	Portas
C	C-1 e C-2	Uma pessoa por 5m ²	100	75	100
E	E-2 e E-3	Uma pessoa por 1,5m ² de área de sala de aula			
F	F-1	Uma pessoa por 3m ² de área			
	F-2, F-5 e F-8	Uma pessoa por m ² de área	100	60	100
G	G-2	Uma pessoa por 40 vagas de veículos			

Tabela 23 – Tipos de escada de emergência por ocupação | Fonte RT Nº11 - Adaptado pela autora

Altura (em metros)		H ≤ 6	6 < H ≤ 12	12 < H ≤ 30	Acima de 30
Ocupação		Tipo de escada	Tipo de escada	Tipo de escada	Tipo de escada
Grupo	Divisão				
C	C-1	NE	NE	PF	PF
E	E-2 e E-3	NE	NE*	PF	PF
F	F-1	NE	NF	EP	PF
	F-2, F-5 e F-8	NE	EP	PF	PF
G	G-2	NE	NE	EP	EP

*= com área de pavimento acima de 750m², requer escada EP;

NE= escada não enclausurada (escada comum);

EP= escada enclausurada protegida (escada protegida);

PF= escada enclausurada á prova de fumaça

ANEXO IV - NBR9050

4.2.2. MÓDULO DE REFERÊNCIA

Considera-se o módulo de referência a projeção de 0,80m por 1,20m no piso.

6.4. ROTA DE FUGA E ÁREA DE RESGATE

Quando as rotas de fuga incorporarem escadas de emergência ou elevadores de emergência, devem ser previstas áreas de resgate com espaço reservado para pessoas em cadeira de rodas (PCR).

6.6. RAMPAS

São consideradas rampas superfícies de piso com declividade igual ou superior a 5%. Para garantir que uma rampa seja acessível são definidos os limites máximos de inclinação, os desníveis a serem vencidos e o número máximo de segmentos. A inclinação das rampas [...] deve ser calculada conforme a seguinte equação: $i = (h \times 100) / C$.

Onde: "i" é a inclinação, expressa em porcentagem (%), "h" é a altura do desnível, "c" é o comprimento da projeção horizontal.

Tabela 24 - Dimensionamento de rampas | Fonte NBR9050 .

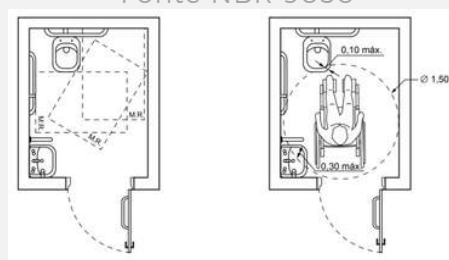
1,50	5,00 (1:20)	Sem limite
1,00	5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)	Sem limite
0,80	6,25 (1:16) < i ≤ 8,33 (1:12)	15

7.5.SANITÁRIOS ACESSÍVEIS

Os sanitários acessíveis devem garantir a circulação com giro de 360°; área necessária para garantir a transferência lateral, perpendicular e diagonal para a bacia sanitária; a área de manobra pode utilizar no máximo 10cm sob a bacia sanitária e 30cm sob o lavatório; deve ser instalado lavatório sem coluna, com coluna suspensa ou lavatório sobre tampo; a porta de acesso deve abrir para o lado externo do sanitário, podendo ser instalada porta de correr.

Figura 79 - Áreas de transferência e manobra para uso da bacia sanitária.

Fonte NBR 9050



a) Vista superior da área de transferência.

b) Vista superior da área de manobra.

10.3. ACESSIBILIDADE EM AUDITÓRIOS, TEATROS E CINEMAS

No caso de auditórios, teatros e cinemas, devem ser previstos espaços para pessoas em cadeiras de rodas (P.C.R.) e assentos para pessoas com mobilidade reduzida (P.M.R.) e pessoas obesas (P.O.). Os assentos para P.M.R. e P.O. devem estar localizados junto aos corredores, com um espaço livre frontal de no mínimo 60cm, e distribuídos na plateia de forma a possibilitar que a tela ou a boca de cena estejam dentro do cone visual formado pelo ângulo de 30°, traçado em planta a partir do centro dos olhos do observador, conforme figura abaixo.

Figura 81 - espaços para P.C.R. na primeira fila, última fileira e fileira intermediária, respectivamente.

Technical drawings of the 1000 Series chairs showing front, side, and top views with dimensions:

- Front View:** Shows a chair with a seat width of 0.80, a seat depth of 0.30, and a total height of 1.20.
- Side View:** Shows a chair with a seat width of 0.80, a seat depth of 0.30, and a total height of 1.20.
- Top View:** Shows a chair with a seat width of 0.80, a seat depth of 0.30, and a total height of 1.20.

Art. 25. Nos estacionamentos externos ou internos das edificações de uso público ou de uso coletivo, ou naqueles localizados nas vias públicas, serão reservados, pelo menos, 2% do total de vagas para veículos que transportem pessoa portadora de deficiência física ou visual[...], sendo assegurada, no mínimo, uma vaga, em locais próximos à entrada principal ou ao elevador, de fácil acesso à circula-

ção de pedestres, com especificações técnicas de desenho e traçado conforme o estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT.

ANEXO VI - Decreto nº 9.404
11/06/2018

No caso de edificações com capacidade de lotação de até mil lugares:

- 2% de espaços para pessoas em cadeiras de rodas, com a garantia de, no mínimo 1 espaço;
- 2% de assentos para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a garantia de, no mínimo 1 assento.

ANEXO VII - Estatuto da cidade Lei nº 10.257, de 10/07/2001

Seção II - DO PARCELAMENTO, EDIFICAÇÃO OU UTILIZAÇÃO COMPULSORIOS

Art. 5o Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação.

Seção III - DO IPTU PROGRESSIVO NO TEMPO

Art. 7o Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do caput do art. 5o desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5o do art. 5o desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no

tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos.

Seção IV - Da desapropriação com pagamento em títulos

Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública.

Seção V - DO DIREITO DE PREEMPÇÃO

Art 25. o direito de preempção confere ao poder publico municipal preferencia para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa sobre particulares.